

**Tese do Coletivo Sindical VAMOS À LUTA
para o XXI Congresso da FASUBRA**

Assinam a TESE pela direção: Almiram, Carla Colbalchini, Janine Teixeira, Luiz Antônio e Rogério.

I - CONJUNTURA NACIONAL E INTERNACIONAL

**“Aquele que não conhece a verdade é simplesmente um ignorante, mas aquele que a
conhece e diz que é mentira, este é um criminoso”**

Bertold Brecht

**Unificar as lutas para enfrentar a crise econômica e os ataques aos
movimentos sociais**

O XXI Congresso Nacional da FASUBRA acontecerá em uma situação política e econômica mundial e nacional turbulenta. O agravamento da crise econômica capitalista, desencadeada em 2007/2008, a leva a assumir contornos políticos cada vez mais claros, como se viu na crise institucional em torno do teto da dívida pública nos EUA, no levante árabe e na crise social em importantes países da Europa. A perspectiva é de estagnação de longo prazo, ataques duros a direitos sociais e democráticos, com impacto sobre a economia e a situação política globais. Nesse contexto, a ofensiva militar imperialista ganha destaque, com as intervenções na primavera árabe para controlar os processos insurrecionais e assegurar o controle sobre os recursos nacionais, e a exigência de duríssimos planos de “austeridade”, jogando sobre o povo o preço da crise, como vemos recentemente na Europa, como na Grécia, onde o plano aprovado prevê a redução de 22% do salário mínimo (32% para os jovens de menos de 25 anos), a supressão de 15.000 empregos públicos, chegando a 150.000 numa segunda etapa, e novos cortes de pensões. Por outro lado, os levantes populares tem também se intensificado, com grandes greves, manifestações de centenas de milhares da Grécia ao Egito, chegando até mesmo ao coração do capitalismo, com o Ocupe Wall Street.

Será também um congresso no início do segundo ano do governo Dilma, já quase paralisado pelas bandalheiras resultantes da combinação entre uma base política fisiológica e as podres regras do jogo político-institucional, baseado em trocas de emendas, cargos e recursos públicos descaradamente privatizados. O perfil político do

Governo já assume contornos bem mais claros, como as privatizações de aeroportos, campos de petróleo, ataques duros à saúde pública, com o caminho aberto para a privatização dos hospitais universitários a partir da aprovação da EBSERH; diversos projetos privatizantes e de arrocho, como o PL 1992, que privatiza a previdência dos servidores públicos, ou o PL 549, de congelamento dos salários; e ainda um duro embate aos movimentos sociais, que são criminalizados por fazerem greve, como na greve de nossa categoria e a judicialização da mesma pelo governo, recusa a negociação sob a alegação de movimento grevista; ameaças às polícias e bombeiros, com prisão em caso de decretação de paralisação; ou ainda, nas esferas estaduais, o ataque aos trabalhadores como no caso da Unicamp, onde o corte de salário é efetivado à revelia de decisão judicial em contrário.

I. O cenário internacional: agravamento da crise capitalista e protagonismo das lutas sociais

1. A crise econômica nos países imperialistas centrais, aberta em 2007/2008, embora inicialmente controlada à custa de trilionários pacotes de salvamento dos bancos, vive agora um novo capítulo de agravamento. A economia americana não retoma seu protagonismo anterior. Endividados, vários países da periferia européia ameaçam quebrar, tentam pacotes duríssimos de equilíbrio fiscal e a situação põe em xeque a própria união monetária da Europa.

2. A crise estrutural define a situação de todos os países, a despeito dos recentes desdobramentos na Europa, o centro da crise continua sendo os EUA. O acordo político para a elevação do teto da dívida pública garantiu a elevação do endividamento em US\$ 2,1 trilhões, impondo uma forte redução nas despesas estatais nos próximos 10 anos, definindo um corte adicional de US\$ 1.5 trilhões. O ajuste recai basicamente sobre os trabalhadores e os pobres, sem nenhum aumento nos impostos para os ricos ou os super-ricos dos EUA, que aumentaram sua parcela da renda nacional durante as últimas três décadas. Em contraste, a pobreza nos EUA já atinge mais de 46 milhões de pessoas, quase um em cada seis habitantes vive abaixo da linha oficial da miséria, incluindo 16,4 milhões de crianças.

3. Os EUA encontram-se em situação de calote técnico, com sua dívida pública federal situada em 14,3 trilhões de dólares, 100% do Produto Interno Bruto (PIB); o déficit fiscal de 2011 supera 10% do PIB, aproximadamente dois trilhões de dólares. O setor financeiro norte-americano continua com perspectivas de falências bancárias (Bank of América, Citigroup). A economia norte-americana tem hoje sete milhões de empregos a menos do que em dezembro de 2007. Previa-se um crescimento anual do PIB de 4% (foi recalculado para menos de 2%). A renda pessoal caiu em 4%, há quase

paralisa do setor de construção, e queda de 24% no preço dos imóveis residenciais, desde 2008. O índice de produção industrial está 8% abaixo de dezembro de 2007. O cenário de crise social só vai piorar com os cortes anunciados. A crise dos EUA é mundial, pois 50% dos títulos da dívida norte-americana estão em mãos estrangeiras. O mundo, com suas reservas em dólares e em títulos públicos norte-americanos, financia a dívida pública dos EUA. Com isso, os lucros de suas empresas aumentaram US\$ 264 bilhões nos últimos três anos, principalmente as do setor financeiro, em uma conjuntura de recessão e crise.

4. Não é a crise financeira que origina a recessão: ela apenas ilustra a fuga para o endividamento, que permitiu superar temporariamente a sobreprodução, e não pode prosseguir eternamente. A base das contradições do capitalismo, a sobreprodução de mercadorias e a conseqüente sobreacumulação de capitais, a incapacidade dos mercados de absorver as mercadorias produzidas (bens de consumo ou de capital), volta ao primeiro plano. A atual fase da crise econômica mundial, iniciada em 2007-2008 (com a crise dos bancos privados dos EUA e da Europa, salvos da falência com dinheiro público), agravada com a crise do débito público em 2010-2011, pôs também em questão os fundamentos da União Europeia. A falência da Grécia (seguida pela falência de Irlanda, Portugal, Espanha e Itália) foi apresentada como seu motivo, quando, na verdade, foi só seu estopim. Quando se fala em salvar a Grécia, o que se quer dizer é salvar os bancos franceses e alemães expostos nesse país. A crise "grega" (ou "portuguesa"), tanto faz, é a crise do capital europeu, com alcance mundial. A crise da dívida soberana de Portugal, Islândia, Irlanda, Grécia, Espanha, é só uma parte do terremoto que se abate sobre a economia mundial.

5. Trata-se de uma crise mais profunda, de longa duração, de natureza histórica, porque significa a falência do padrão de acumulação de capital vigente desde os anos 80. É a crise da era neoliberal das desregulamentações, financierização e privatizações generalizadas, da destruição do bem-estar social dos anos 1946-1980. Uma crise para a qual o capitalismo imperialista e seus governos não têm outra resposta senão o mesmo veneno: financierização, redução dos gastos sociais, ataques sem precedentes a direitos dos trabalhadores, aos direitos democráticos dos povos, superexploração dos trabalhadores, pilhagem e devastação do meio ambiente. Esta é a lógica de uma etapa cada vez mais decadente do capitalismo imperialista, que ameaça arrastar a humanidade para a barbárie.

6. A globalização do capital financeiro, ligada ao processo da restauração capitalista na China e Rússia, não abriu uma saída de largo prazo à crise, e criou um oceano de dívidas em todo o planeta. No período 2002/06 a crise foi desviada e dois motores

interconectados, a expansão do crédito nos EUA e o crescimento industrial da China, os quais conduziram o crescimento da economia mundial. Os dois motores, depois, começaram a parar. A contração da economia mundial busca eliminar a massa de capital excedente que obstrui a acumulação capitalista. O colapso do mercado subprime nos Estados Unidos desatou uma avalanche internacional de quebras e uma contração global do crédito. Houve a injeção de fundos públicos, equivalentes a 40% do PIB mundial, no falido setor financeiro e industrial do "Primeiro Mundo". Os Estados capitalistas entregaram cerca de 25 trilhões de dólares às grandes empresas e bancos falidos. Os novos episódios da crise puseram fim às afirmações de sua superação a partir da segunda metade de 2009. A injeção de uma massa de liquidez sem precedentes, de parte dos governos e bancos centrais com a intenção de salvar o sistema financeiro internacional, foi uma manobra de contenção; adiou a queda sem resolver suas contradições sistêmicas, exacerbadas. Não houve recuperação de postos de trabalho formal, mas crescimento do emprego precarizado e do desemprego; não houve recuperação, mas contração do crédito imobiliário e das pequenas empresas; não houve recuperação do consumo, mas endividamento e subconsumo; não se sanaram os bancos. Novas bolhas de capital financeiro se formaram quando a liquidez disponível foi dirigida, uma vez mais, para atividades especulativas. A dívida pública mundial cresceu, exponencialmente, sem ter uma base sustentável na esfera de produção de valor.

7. As conseqüências sociais e políticas da crise capitalista são e serão gravíssimas. Diante da violência social dos ajustes (23 milhões de desempregados na União Europeia, mais de 80 milhões de pobres), há propostas de não pagamento (moratória) da dívida pública, de criação de eurobônus (títulos públicos europeus), de criação de uma taxa sobre as transações financeiras, e até da retirada da UE dos países mais endividados, que assim poderiam desvalorizar suas moedas. A Espanha está com um desemprego de 21,3%, a taxa mais alta entre as 27 nações que integram a zona do euro, e uma dívida pública enorme. O desemprego chega a 35% quando são considerados os espanhóis entre 16 e 29 anos de idade. Em um país que foi, justamente, o primeiro país a introduzir a flexibilização trabalhista da receita neoliberal, sob pretexto de que ela permitiria a criação de empregos.

8. Nessa situação produz-se a resistência dos trabalhadores. É o que já se constata na resistência dos povos da Europa, em particular na juventude, como se viu na Grécia e na Espanha; na explosão da "primavera árabe" no Norte da África e Oriente Médio, na inédita paralisia do Estado mais poderosos do mundo para elevar o teto de sua dívida. A polarização social sacode os países centrais, como movimento dos indignados, nos

levantes da Grécia, de Israel e das periferias inglesas e no ressurgimento/fortalecimento de alternativas de extrema direita, xenófobas e neofascistas, tanto nos EUA como na Europa. No terreno geopolítico global, a hegemonia continuará a ser do imperialismo norte-americano, dado seu enorme mercado, seu poderio militar, tecnológico e sua prerrogativa de emitir a moeda do mundo. No entanto, a crise econômica abre um cenário de realinhamentos de forças entre estados, tensões geopolíticas e militares, e mais disputa por recursos naturais estratégicos.

9. O surgimento, em muitas vezes explosiva, de resistência às políticas capitalistas abre uma nova conjuntura internacional, em que a luta de classe se dá em um patamar muito superior ao do início da crise econômica. Lutas e mobilizações que atingem os países centrais – como ficou evidente no levante das periferias inglesas –, em alguns casos questionam profundamente os partidos tradicionais e os regimes políticos (como na Espanha e da Grécia). Crescem os pólos de tensão e luta em diversas regiões do planeta, como no massivo movimento estudantil no Chile, com amplo apoio da população, e na inédita mobilização social contra a inflação dentro de Israel. Na Tunísia e no Egito, desencadearam-se autênticas revoluções populares protagonizadas pela classe trabalhadora, pela juventude e pelas mulheres. Revoluções que começam questionando regimes e ditaduras podres, corruptas e autoritárias, mas que podem adquirir uma dinâmica de revolução socialista, à medida que o pano de fundo da rebelião é a profunda desigualdade expressa no desemprego massivo, nos péssimos salários, na precária rede de proteção e direitos sociais, na inflação e carestia crescentes.

10. Governos como o da Líbia de Kadafi, e Síria, não cumprem mais qualquer papel progressivo na luta antiimperialista. Pelo contrário, são em essência ditaduras capitalistas associadas a negócios e setores do capitalismo internacional e se aferram ao poder com métodos brutais. Nossa rejeição a que a solução para aos conflitos e revoltas nesses países se dê pela via de intervenções do imperialismo, não deve nos fazer perder de vista que devemos apoiar e reconhecer como legítimas as rebeliões e mobilizações de massa que explodem nessas regiões do planeta e nesses países em particular.

11. Os processos de luta em curso evidenciam a crise das alternativas socialistas de forma aguda. Em alguns casos, as revoltas espontâneas e explosivas indicam que o sistema alcança limites, mas delas não emergem discursos críticos unificados, formas organizativas ou propostas alternativas, ou quando ocorrem, as formas organizativas capazes de unificar as lutas e empunhar o programa transformador não se

apresentam ou são rejeitadas. Em situações em que as grandes mobilizações são acompanhadas ou organizadas pelos movimentos sociais clássicos, como o estudantil e o sindical (vide Chile, Grécia e Portugal), essas organizações, embora fundamentais para mobilizar, são insuficientes para universalizar a luta e dirigi-la à tomada do poder pela classe trabalhadora. A carência nesses processos de partidos verdadeiramente socialistas se deve não a sua inexistência formal, mas ao desgaste das organizações partidárias socialistas tradicionais, que capitularam ao jogo parlamentar-institucional e às soluções no interior da ordem, sendo por isso identificadas pelas massas como “farinha do mesmo saco” da democracia burguesa.

II) Brasil: Um Estado a serviço do grande capital

12. A desigualdade social no Brasil é estrutural e vai avançar em tempos de crise. O Brasil contornou parcialmente até agora a crise com o seu lugar de grande fornecedor de commodities no mercado internacional, especialmente para a Ásia e com um giro para o mercado interno com ampliação do crédito e do consumo. Mas exatamente essa localização na divisão internacional do trabalho, a manutenção de uma política de subordinação do orçamento da União à remuneração do capital financeiro e uma lógica de avançar na precarização dos direitos sociais e trabalhistas para atrair o capital torna o Brasil vulnerável, profundamente desigual. Recupera-se emprego nivelando por baixo direitos e salários, a tributação no país continua extremamente regressiva e a remuneração ao capital financeiro intocável. Basta ver que o cenário da conjuntura externa, a persistência da pressão inflacionária, o paulatino e crescente endividamento da população já provocam turbulências na política econômica, que obrigam o governo a acelerar uma política econômica na direção do “ajuste” do Estado, cortes maiores de gastos em políticas sociais, arrocho sobre o funcionalismo, privatizações, perdas ambientais com a aprovação do novo código florestal, e perdas das aposentadorias frente ao salário mínimo.

13. O governo Dilma é uma continuidade de um projeto subordinado ao imperialismo, atrelado e ampliado aos interesses dos setores do capital beneficiados pelos mega negócios da década e a uma base de sustentação mais ampla, fisiológica e à direita, simbolizada no lugar do PMDB nesta gestão. Embora este bloco de poder tenha ampla hegemonia na sociedade, controle politicamente a maior parte dos movimentos sociais e sindicatos, a lógica do ajuste vai alargar essa contradição da desigualdade social. Esta ampla hegemonia na sociedade e no Congresso Nacional do bloco dirigido pelo PT é que está na raiz da crise do bloco de oposição de direita, pois a disputa de rumos do governo e no parlamento passa muito mais por dentro da base governista do que

pelas iniciativas do PSDB-DEM, que está se reduzindo a uma oposição parlamentar restrita ao discurso da corrupção.

14. Os especuladores encontram-se protegidos, eles trazem seus dólares para o Brasil, trocam por títulos da dívida pública, pagando os maiores juros do mundo, isentos de qualquer tributo, podendo fugir do país quando bem entenderem, engordados pela variação cambial, obtendo lucros enormes. As remessas de lucros ao exterior, de US\$ 99 bilhões nos oito anos precedentes a FHC, superaram US\$ 194 bilhões nos oito anos de seu governo, e atingiram US\$ 343,5 bilhões no governo Lula. O BC fica com os dólares, como reservas internacionais, que não rendem quase nada, pois estão aplicados, em grande parte, em títulos da dívida norteamericana, que pagam juros próximos de zero (para sair da recessão, o BC norteamericano baixou a zero a taxa básica de juros, em dezembro de 2008, e injetou US\$ 3 trilhões para comprar títulos de bancos e empresas falidas: o Banco Central dos EUA anunciou que manteria os juros perto de zero até, pelo menos, 2013).

15. Sob o comando de Dilma e sua base, o Estado brasileiro atua como "indutor" dos mega negócios e investimentos de grandes grupos do capital para consolidar lugar no mundo como exportador de commodities. Sem romper com sua dependência do capital internacional e sem apresentar um projeto de pesquisa e autonomia tecnológica, este modelo não tem sido contraditório com a busca de uma hegemonia regional no continente com o BNDES patrocinando expansão de grandes negócios nos países vizinhos, também na área de infraestrutura. O PAC, associado aos megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas), que favorece a política de investimentos, é estratégico para esse projeto de aliança do Estado com setores do capital tais como empreiteiras, siderúrgicas, construção civil, agronegócio, capital financeiro. Ampliar investimentos de infraestrutura obedece à lógica de aumentar a competitividade para escoar a produção para exportação e preparar o período do pré-sal. É este projeto que está por trás das grandes obras tais como hidrelétricas, portos, privatização dos aeroportos, novas linhas de metrô, estádios de futebol e radicais alterações em relação a infraestrutura do entorno a essas obras e na valorização imobiliária (que também começa a produzir uma bolha imobiliária no país de médio prazo), além de medidas como a revisão do Código Florestal.

16. Relativamente à privatização da Previdência dos Servidores Públicos, o Projeto de Lei PL-1992 cria o FUNPRESP que, se aprovado, deverá ser um dos maiores fundos de pensão do mundo. Na prática, esse projeto se insere em tendência mundial ditada pelo Banco Mundial, de reduzir a participação estatal a um benefício mínimo. Os fundos de pensão absorvem grandes quantidades de papéis, pois funcionam trocando

o dinheiro dos trabalhadores por papéis que circulam no mercado financeiro. Os tais "ativos tóxicos" estão provocando sérios danos aos fundos de pensão. O art. 11 do PL-1992 não permite ilusões quanto ao risco para os servidores federais brasileiros, pois assinala que a responsabilidade do Estado será restrita ao pagamento e à transferência de contribuições ao FUNPRESP. Em outras palavras, se algo funcionar errado com o FUNPRESP; se este adquirir papéis podres ou enfrentar qualquer revés, não haverá responsabilidade para a União, suas autarquias ou fundações.

17. O PIB brasileiro cresceu e já somos a 6a. potencia mundial, mas o último relatório da ONU mostra que ocupamos a vergonhosa 84a. posição em relação ao atendimento aos direitos humanos, de acordo com o IDH, o que é inadmissível considerando as nossas imensas riquezas. Não há congruência entre nossas riquezas e nossa realidade social. Não há coerência entre o discurso ostentoso e a liquidação do patrimônio nacional.

18. Esta situação de desigualdades e ônus para os trabalhadores frente à crise abre brechas para a ocorrência de lutas populares. Há uma conjuntura de crescimento de greves e protestos. Não por acaso aumenta a política de repressão do aparelho de Estado e os mecanismos de criminalização das lutas populares e da pobreza. Seja para preparar uma mão-de-obra em condições mais precárias de trabalho, para disciplinar e promover "faxinas" étnicas e sociais nas comunidades e bairros mais pobres, onde vão ocorrer as grandes mudanças urbanas com os megaeventos, ou para conter ou inibir o crescimento da resistência social.

19. São assombrosas as fontes de corrupção do Estado e das instituições políticas da democracia burguesa (basta ver a nova onda de denúncias de corrupção que atinge inúmeras casas parlamentares e executivos nos âmbitos estadual e municipal, além das ininterruptas denúncias no primeiro escalão do governo federal), a endêmica corrupção no capitalismo brasileiro será ainda mais alargada com os megaeventos e a utilização de dinheiro público ou toda ordem de favorecimentos para os amigos do Estado e do BNDES neste projeto de grandes obras.

20. Não estamos diante de um Estado progressista que desenvolve um projeto nacional para atender os interesses da maioria da população e combater a desigualdade social. Trata-se do seu oposto, sob o comando do PT, o projeto para o Brasil nesta década é o aprofundamento de um Estado "indutor" para os grandes negócios do capital, naquilo que permite a consolidação do país, em particular, como produtor e fornecedor de ponta de commodities e com este objetivo, ser hegemônico para estes negócios também no continente; de outro lado, um Estado mínimo ao que concerne os direitos sociais, ambientais, humanos, trabalhistas e democráticos.

21. É nessa visão de Estado Mínimo que é constituída a EBSEH, afrontando, de forma violenta e abrupta, a autonomia da Universidade e os HUs ao estabelecer a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, dita pública, porém de fundo privado. Essa empresa, ao mesmo tempo em que permite a privatização de serviços ora oferecidos pelo SUS, que são fundamentais para o atendimento de grande parte da população brasileira, desqualifica as relações de trabalho ao impor o regime CLT a trabalhadores públicos. O cumprimento da função social da universidade e de seu papel no fortalecimento do Estado brasileiro, com a constituição da EBSEH, ficará seriamente comprometido. Os HUs constituem a maior retaguarda do SUS, de Sul a Norte deste país, e o principal campo de ensino e pesquisa em saúde. Essas funções primordiais serão degradadas se submetidas à lógica empresarial. Com a criação da EBSEH, poderá haver ressarcimento imediato do atendimento de usuários de planos de saúde, tornando óbvio o privilégio destes em detrimento dos usuários do SUS.

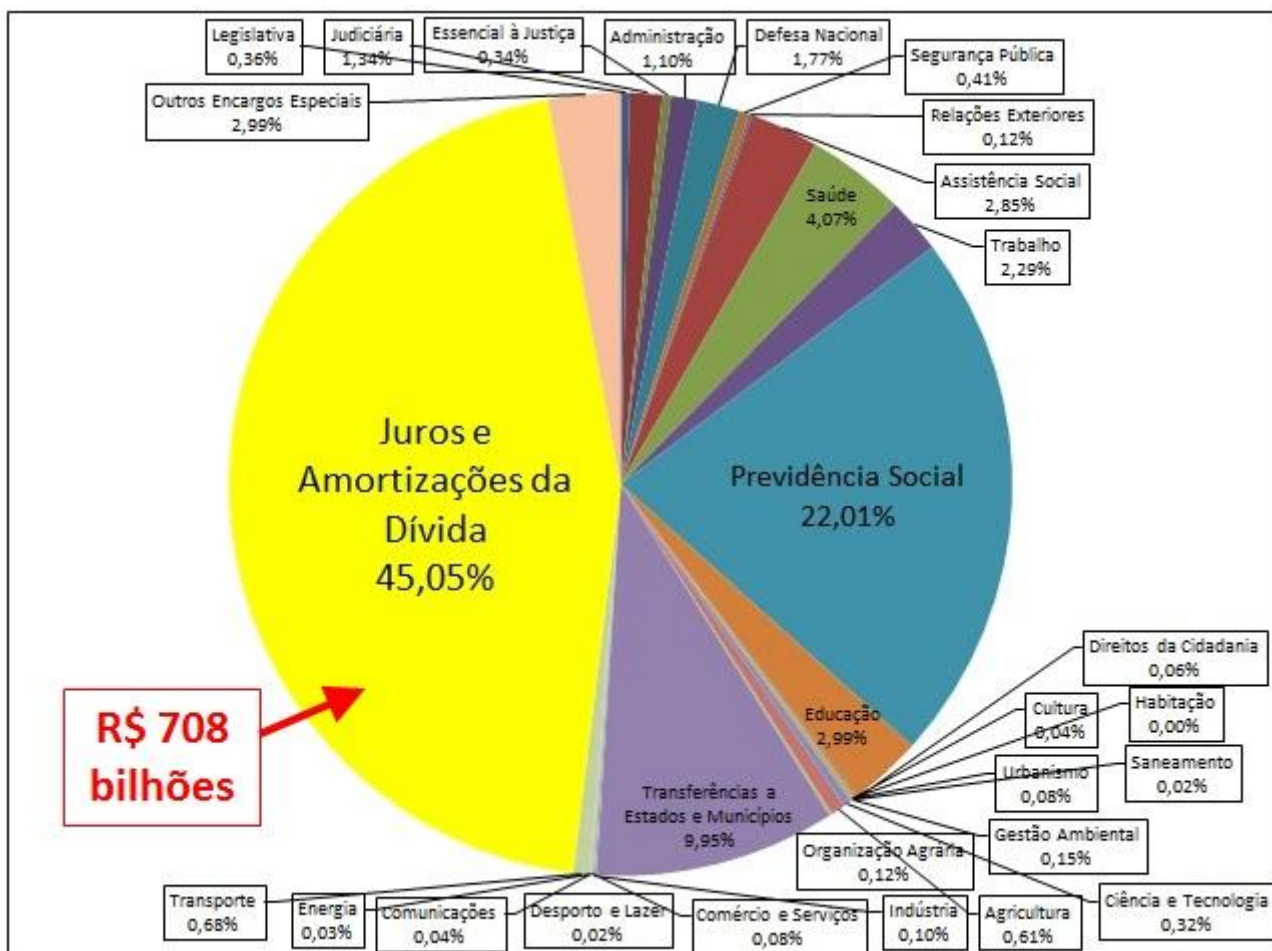
III) Brasil: aglutinar as lutas, enfrentar a política econômica e fortalecer a resistência frente à criminalização dos movimentos sociais

22. São chaves as seguintes questões que dizem respeito à política econômica:

a) A questão da dívida pública, dos juros e do superávit primário. A dívida brasileira já supera os R\$ 3 trilhões. A grande mídia não divulga esse número, mas o mesmo está respaldado em dados oficiais, disponibilizados pela Auditoria Cidadã da Dívida. A atual crise da dívida dos estados nos países centrais e o aumento da dívida pública no Brasil são reveladores de que montanhas de recursos públicos são girados para manter a dominação do grande capital, mesmo em tempos onde exatamente por conta desse modelo a crise atinge patamares insustentáveis.

Segundo a Auditoria Cidadã da Dívida o país pagou em 2011 um total de R\$ 708 bilhões de juros e amortizações, o que corresponde a 45,05% do orçamento executado. Para efeitos comparativos visando se ter uma idéia desse absurdo, a educação ficou com 2,99%, a previdência social com 22,01%, a saúde com 4,07%, o saneamento com 0,02%, a ciência e tecnologia com 0,32%, transportes com 0,68%, assistência social com 2,85%, trabalho com 2,29%, e cultura com 0,04%.

Orçamento Geral da União de 2011, por Função - Executado até 31/12/2011 - Total: R\$ 1,571 Trilhão



Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Nota: O valor de R\$ 708 bilhões inclui o chamado “refinanciamento” ou “rolagem”, pois a CPI da Dívida Pública comprovou que parte relevante dos juros são contabilizados como tal. Para mais informações ver http://www.divida-auditoriacidada.org.br/config/artigo.2012-01-15.2486469250/document_view

A crise torna claro como a dívida pública é o centro dos problemas nacionais, e que precisa ser enfrentada, para que os trabalhadores não tenham de pagar a conta. É preciso levantar de forma imediata a suspensão dos juros do pagamento da dívida pública, auditoria pública e o eventual cancelamento do pagamento da dívida que for considerada ilegítima em uma auditoria.

Complementarmente à reivindicação democrática pela auditoria da dívida pública, precisamos levantar a defesa do fim imediato do pagamento dos juros e amortizações da dívida para os grandes banqueiros e especuladores, suspensão do pagamento da dívida externa, fim do superávit primário.

b) Ao lado desta questão e diante da natureza em que avança a nova conjuntura de crise dos Estados e ameaça de recessão mundial é preciso atacar de frente a questão do sistema financeiro. A bandeira da **estatização do sistema financeiro, com controle de capitais, proibição de remessa de lucros, controle do comércio exterior** devem ganhar relevância nesta etapa da crise.

c) O Estado não pode desonerar o capital de pagar INSS nem dar isenções fiscais para empreiteiras. O Estado tem que tributar progressivamente os lucros, as fortunas, o capital. A rigor, por exemplo, é necessário assegurar a tributação sobre o excedente adicional gerado por novas fontes de riqueza, via regulamentação do Imposto sobre as Grandes Fortunas, com a sua destinação para a Seguridade Social (previdência, saúde e assistência social). Além disso, torna-se fundamental defender o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Por fim, cabe a defesa de aprofundar mecanismos de tributação para a esfera financeira, como, por exemplo, a aplicação da CSLL para as instituições financeiras.

d) Apresentar uma política de reposição de perdas inflacionárias anti-arrocho salarial e uma política para que o estado intervenha sobre o endividamento familiar e pessoal nos juros bancários e no crédito, com medidas tais como redução e congelamento dos juros.

23. As opressões/discriminações precisam estar em outra dimensão que não a da "setorização" ou "secundarização" da questão racial ou da questão de gênero, por exemplo. As questões relativas a condição da mulher, LGBTs e dos negros e negras é estruturante de um programa anticapitalista do Brasil, trata-se da maioria da classe trabalhadora brasileira que mais sofre com a precarização. Não se pode pensar na profundidade de uma ruptura anti-sistêmica no Brasil sem tomar a fundo uma ampla série de reivindicações que estão relacionadas com a condição da exploração capitalista no Brasil, tais como a defesa da igualdade salarial e de direitos.

24. É preciso realizar a denúncia da política de repressão e criminalização dos movimentos sociais pelo Estado, voltar a defender os direitos de organização, expressão e manifestação; rechaçar as manifestações conservadoras e reacionárias sobre amplos setores da sociedade e defender um Estado amplamente laico; assim como a luta pela democratização dos meios de comunicação e o fim dos monopólios manipuladores da mídia.

25. Nesta conjuntura precisamos denunciar a estratégia do PAC e dos megaeventos, que na verdade é uma ampla política de privatização das obras de infra-estrutura com dinheiro público, com enormes impactos trabalhistas, ambientais e humanos. O Estado brasileiro e os grandes grupos capitalistas a ele associado e por ele financiados, procuram expandir a política de PAC continente afora: os investimentos em grandes obras de infraestrutura, geração de energia, produção agrária configuram um assalto aos recursos naturais dos países vizinhos. Este afã hegemônico geoeconômico tem também a faceta militar, disfarçada de missões de paz e que

objetiva, na verdade, colaborar com a manutenção da ordem burguesa continental e limitar pelo uso da força a autodeterminação dos povos, como no caso do Haiti (onde o Brasil mantém tropas de intervenção há 8 anos).

26. A devastação predatória do capitalismo dos próprios recursos do planeta, das florestas, a irracionalidade na utilização dos combustíveis fósseis, a contaminação das águas colocam a questão ambiental historicamente em um outro patamar para a formulação de uma saída e um ponto de vista anticapitalista na questão ecológica, o chamado ecossocialismo. E ela se traduz em algumas definições políticas concretas no Brasil tais como: contra a revisão do Código Florestal, contra o desmatamento a serviço do agronegócio, planejamento de uma política energética racional que combata a construção de obras como Belo Monte, fim da construção de usinas nucleares; utilização racional da exploração do pré-sal (não pela lógica de mercado) com destinação maciça dos seus recursos para as áreas sociais e para investimento em pesquisa tecnológica para novas fontes de energia.

27. Precisamos retomar a discussão na sociedade sobre a real concepção de democracia. Nem o capitalismo e nem o seu Estado "indutor" do grande capital são reformáveis e a democracia formal é cada vez mais restrita, fisiológica e distante da vida do povo. A popularização de proposta de bandeiras como revogabilidade de mandatos, os plebiscitos e consultas populares sobre os grandes temas do país, o parlamento unicameral com o fim do Senado, financiamento público das campanhas eleitorais, prisão e confisco de bens de corruptos e empresas corruptoras, igualdade de tempo e acesso aos meios de comunicação aos partidos, a concepção de participação popular associada a conselhos populares são parte da construção de uma concepção de Estado que tenha como foco a construção de um poder popular, socialista, de uma democracia ampla e direta como estratégia apoiada na auto-organização.

IV) Brasil: as greves e a conjuntura no movimento sindical

28. A conjuntura de crescimento das greves e manifestações da classe trabalhadora no Brasil em 2011 e agora no início de 2012, atingindo diversas categorias, como o funcionalismo federal, correios, professores estaduais, polícias e bombeiros, bancários, rodoviários; a luta do Pinheirinho e as tensões que se avizinham na luta popular por conta das remoções, que aumentarão por conta dos mega-eventos, começam a desenvolver algumas características e expressar novos fenômenos no Brasil ainda que no marco de lutas em geral isoladas entre si e sob o signo de uma relação de forças ainda desfavorável. Muitas destas lutas e greves têm como características passar ao largo ou questionar de alguma forma a estrutura sindical

oficial, em geral atreladas à base de sustentação do governo, como a CUT e Força Sindical. Uma das razões é pela ampla renovação etária na própria classe, camadas mais jovens de trabalhadores e trabalhadoras que estão a frente de lutas como a da construção civil, metalúrgicos e que se expressa na tendência de disputas sindicais mais favoráveis às oposições as burocracias tradicionais ou diretamente vinculadas ao atrelamento governista.

29. No funcionalismo, o longo período de fragmentação das lutas patrocinado pelo Governo e seus representantes sindicais, com a disputa entre setores do funcionalismo de migalhas do orçamento disponibilizadas pelo Governo, mostrou, à categoria, estar a serviço do desmonte de nossas lutas. O enquadramento da Fasubra nessa lógica remeteu nossa base a ter vencimentos e índices menores que de outros setores que ousaram confrontar o Governo; e enquanto isso nossa Federação passou 3 anos envolvida em dezenas de reuniões que, de concreto, apenas marcavam a reunião seguinte, numa eterna enrolação. A Greve realizada em 2011 foi um momento de reflexão sobre esse rumo, onde também se verificou o protagonismo significativo dos trabalhadores(as) ingressados a pouco tempo nas universidades, e que teve de se deparar com um dilema ao longo de toda a greve, expresso nas várias tentativas de inviabilizá-la ou de controlá-la, com foi o choque com os setores dirigentes que tinham em primeira preocupação estratégica a defesa do Governo.

30. A FASUBRA tem de cumprir um novo protagonismo no funcionalismo, dando a batalha para efetivamente derrotar a política do Governo, de arrocho, privatização, terceirização e congelamento de orçamentos e concursos. Mas para isso é necessário efetivamente buscar a unidade com os setores que estejam dispostos a enfrentar essa política do governo, construindo pela base a discussão de nossa pauta e do calendário de ação, ao invés de continuarmos com retóricas de unidade, e com ações que efetivamente esvaziam espaços de unidade de ação.

V) Em relação à construção da nossa plataforma de lutas

31. É importante entender os limites da política do governo Dilma, dos governos da sua base de sustentação e dos governos da oposição de direita, que em essência preservam o Capital. Esses governos aplicam a política de orçamento da dívida comprometido em quase 50% para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública; a ausência de uma política para impedir as demissões no setor privado; o dinheiro do FGTS e das reservas cambiais para salvar o agronegócio, montadoras, bancos e a dívida externa das grandes empresas privadas. Enquanto se anunciam ajustes e cortes para gastos e investimentos sociais, e congelamento de concursos

públicos, a política do governo avaliza e incentiva um processo de reforma na legislação trabalhista, e promove a criminalização das greves.

32. A FASUBRA precisa estar na linha de frente da resistência à crise, se solidarizando com a luta dos demais trabalhadores e incentivando o debate e politização de sua base. Uma possibilidade, por exemplo, é elaborar um material sobre a crise econômica.

Reivindicações Gerais

- Fim imediato do pagamento dos juros e amortizações da dívida para os grandes banqueiros e especuladores, suspensão do pagamento da dívida externa, fim do superávit primário.
- É necessária uma campanha nacional para exigir a proibição das demissões e estabilidade no emprego.
- Defesa da redução da jornada sem redução salarial.
- Controle público e do Estado de empresas que promovam demissão em massa ou próximas de fechar. O Estado garante o emprego dos trabalhadores com uma intervenção direta no controle da propriedade das empresas que demitem.
- Reestatização da Embraer e da Vale do Rio Doce.
- Extensão do seguro-desemprego para pelo menos 12 meses, aumento do seu valor, incluindo aí direitos para o desempregado, como verba para transporte.
- Extensão dos programas sociais do governo para trabalhadores desempregados.
- Nenhuma reforma trabalhista, nenhum direito a menos!
- Contra a flexibilização dos direitos
- Nenhum corte ou ajuste dos Orçamentos da União, dos estados e municípios em serviços públicos, na seguridade social, etc.
- Orçamento público para os serviços públicos e não para banqueiros! Orçamento para saúde, educação pública, moradia, reforma agrária.
- Massiva e imediata política de investimentos estatais na construção de escolas, hospitais, casas, serviços de infra-estrutura como saneamento, não apenas para gerar empregos, mas também para levar dignos serviços públicos e sociais para a maioria da população, especialmente nestes tempos de crise.
- Não a reforma tributária que quer desviar mais recursos da Seguridade Social.
- Reforma tributária progressiva, que taxe o lucro, o grande capital e as grandes fortunas.
- Controle de capitais, fim da remessa de lucros.

- Controle estatal sobre os bancos que especulam com títulos da dívida e dinheiro público. Aqui não se trata de uma estatização para "saneamento" dos bancos, mas uma estatização que toque direto no problema da propriedade e na necessidade de controle estatal até para garantir créditos e juros baratos, fim da especulação bancária, etc.
- Por uma campanha nacional, unitária e democrática pelo fim da criminalização dos movimentos sociais e da pobreza.
- Em defesa do MST e dos movimentos sociais. Apoio às ocupações de terra e terreno urbano.
- Não a perseguição contra ativistas e dirigentes sindicais, estudantis e populares.
- Livre direito de organização e de greve.
- Contra a política de criminalização da pobreza e extermínio da população pobre.
- Nenhuma política de relação desigual do Estado brasileiro com os países da América Latina.
- Retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti.
- Fora a IV Frota dos Estados Unidos da América Latina!
- Nenhum acordo de livre comércio com os EUA.
- Revogação da lei do petróleo. Fim dos leilões de bacias petrolíferas. Pelo volta do monopólio do estatal brasileiro sobre o petróleo. Petrobrás 100% brasileira: reestatização da Petrobrás!
- Democratização dos meios de comunicação, auditoria e controle social sobre os contratos do Governo com as grandes corporações de comunicação.
- Fora as transnacionais da Amazônia.
- Contra o novo código florestal.
- Em defesa da reforma agrária e da agricultura familiar.
- Fora os transgênicos.
- Por uma política que garanta a soberania alimentar.
- Contra a construção de barragens na Amazônia.

Reivindicações do funcionalismo

- Defesa dos direitos dos trabalhadores do setor público, da manutenção dos acordos salariais e reajustes dignos. Fim das terceirizações e privatizações dos serviços públicos. Defesa do Regime Jurídico Único. Concursos públicos para contratação de mais trabalhadores para atender a demanda das áreas sociais.
- Definição de data-base para 1º de maio

- Política salarial permanente para o setor público, com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.
- Cumprimento de acordos e protocolos de intenção firmados com o governo
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores
- Retirada de projetos de lei, medidas provisórias e decretos contrários aos interesses do setor público
- Contra a privatização da previdência dos servidores públicos – Fora o PL 1992/07
- Não ao congelamento salarial – Fora o PL 549/09
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas
- Reajuste de benefícios como, por exemplo, o auxílio alimentação.
- Pela autonomia sindical e defesa do direito de greve no funcionalismo.

Reivindicações da plataforma da FASUBRA

- Piso de 3 salários mínimos, step de 5%, sem compressão da intercorrelação entre os níveis de capacitação e classes
- Racionalização de cargos
- Não incorporação do VBC
- Reposicionamento dos aposentados
- Anexo 4 – extensão dos incentivos à qualificação para todos os trabalhadores do PCCTAE
- Contra os efeitos nocivos do PL 2203/11, como a redução nos valores de periculosidade e insalubridade.
- Em defesa dos HUs, contra a EBSEH.

II - BALANÇO DE GESTÃO E GREVE

"A história de toda a sociedade até hoje tem sido a história das lutas de classe."

[Karl Marx]

A eleição de Lula em continuidade com o governo Dilma, levou o conjunto da classe trabalhadora, em especial no serviço público a uma situação de vacilo e divisão, onde muitas vezes o interesse coletivo é desprezado em favor das políticas de governo ou do interesse pessoal de ex-sindicalistas e/ou sindicalistas que servem ao governo e reza a cartilha deste, atuando para esfacelar com o movimento sindical, política ativa nesses governos.

É preciso fazer essa reflexão para que a FASUBRA mantenha sua pluralidade com unidade suficiente para encaminhar a política que garanta a valorização de todos os trabalhadores técnico-administrativos em educação e para isso é necessário identificar onde está situado os que estão do lado dos trabalhadores e os que estão do lado do governo. Esta gestão não tão diferente da anterior foi marcada pela falta de debate e resoluções sobre temas centrais das Universidades e da Conjuntura Nacional e Internacional. Não se discutiu e deliberou sobre REUNI, EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, MEIO AMBIENTE tal como a LEI DAS FLORESTAS, PAC, DÍVIDA PÚBLICA entre outros, o máximo é dizer que é contra, mas não move a categoria contra esses projetos.

A gestão foi novamente marcada por um movimento de greve e a história se repetiu de sua forma mais cruel: tivemos uma greve onde a grande marca foi à disputa entre dois blocos, um que queria construir a greve e outro que não queria, chegando a abandonar a greve, desmobilizar as suas bases e publicar documentos que refletiam a posição do governo, sendo inclusive usados na ação judicial contra a greve.

Essa gestão da FASUBRA, mais uma vez, prorrogada por conta do movimento paredista, iniciou-se com os trabalhadores recebendo as parcelas de reajustes conquistados na greve de 2007. Ao receber os reajustes de 2008, 2009 e 2010, os trabalhadores voltaram a comparar com outras categorias do serviço público, caindo na realidade, ao verificar que o governo continua com a mesma política de descaso com os trabalhadores da educação, deixando-nos a continuar entre os trabalhadores de piores salários do serviço público.

Enquanto isso, a FASUBRA buscou cumprir seu papel, com uma longa agenda com o governo, onde diversas reuniões ocorreram no Ministério do Planejamento, na mesa de negociação e no MEC na Comissão Nacional de supervisão da Carreira – CNSC, buscando o cumprimento da pauta pendente do acordo de greve de 2007, além de outras demandas surgidas, como o reposicionamento dos aposentados. Essa luta

estancou em 2011, com a resposta do governo Dilma que iniciou por fazer pesados cortes no orçamento, para as áreas sociais, demonstrando claramente uma posição de arrocho salarial para os trabalhadores do serviço público.

A UNIÃO DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FOI UM FATOR POSITIVO NO ANO DE 2011

O conjunto do funcionalismo público federal se unificou através de uma campanha salarial unificada, com a construção de um fórum que teve a participação de mais de 30 entidades. Foram construídas três marchas unificadas e o governo terminou por receber os trabalhadores e construir uma agenda conjunta.

A FASUBRA participou ativamente da construção desse movimento, participando das discussões na CNESF e no Fórum, tendo uma participação destacada nas marchas.

O governo utilizou da antiga tática de "enrolar" ao máximo e para isso atuou para que as reuniões conjuntas não avançassem, convidando entidades que não participavam do fórum, nem da CNESF, para tumultuar as discussões, que transcorreram sem objetividade. Ai, o governo marcou agendas separadas, deixando claro que poucas entidades seriam atendidas, porém com rebaixamento da proposta.

O movimento não adotou uma postura mais dura e o resultado foi que o governo impôs sua posição, não reajustando salários e quando isso foi feito, de forma totalmente insatisfatória, dando concretude a política de arrocho aplicada desde o início do ano. A FASUBRA partiu na frente com uma agenda específica com o governo, mas diante da postura de descaso deliberou pela greve a partir do mês de junho.

GREVE DA FASUBRA:

Tivemos, para a história da FASUBRA, mais uma greve em que tivemos derrota na pauta econômica, por conta de diversos fatores, sendo o principal deles, a nova ordem que o governo e os partidos da composição aliada, estão implementando no âmbito do governo federal e também nos vários estados e municípios onde estão no poder: Se negaram a negociar e criminalizaram o movimento, principalmente com o segmento da educação, que entrou em greve em diversos estados e municípios. GREVE AGORA É CASO DE POLÍCIA!

Desde o início do processo de "negociação" o governo deu mostras da forma de encaminhar o conflito. Por seguidas reuniões, nenhuma proposta foi apresentada, e sempre uma reunião deixou outra agendada, isso como forma de nos manter "sob controle", visto que, se não aceitamos a continuidade da negociação em uma nova reunião, caracterizaria quebra de negociação o que, para o governo, seria também assim caracterizado, caso entrássemos em greve.

Sabíamos de toda essa realidade e mais do que uma posição do governo, serviu também por muito tempo para o segmento dentro da FASUBRA que não queria a greve, para desmontar os diversos indicativos que construímos. Foi por conta disso, das agendas que serviam para marcar outra agenda, que perdemos o tempo de fazer a greve, a tempo de batalharmos por recursos ainda para 2011. O desmonte do indicativo de greve, pela TRIBO e CTB, para a primeira quinzena de março, indicativo esse votado por unanimidade por mais de 1200 companheiros e companheiras que vieram em caravana no dia 18 de abril, quando foi realizada uma Plenária da FASUBRA com esse único ponto de pauta, facilitou a política do governo de não dar aumento para 2011.

Quando fomos vencidos na Plenária em março e fomos para a mesa, se foram juntas todas as possibilidades de reajuste para 2011. Nas reuniões que tivemos a partir daí, as respostas que tivemos do governo foram uma verdadeira provocação para a FASUBRA, já que demonstraram total “desconhecimento” da nossa pauta, não que esse fato fosse verdadeiro, já que tínhamos as mesmas pessoas na mesa de negociação com quem estivemos em 2010 e nos anos anteriores, mas porque queriam caracterizar que se tratava de um processo de negociação novo, por ser um novo governo.

Quando apontamos a greve para o dia 6 de junho, foi uma ação unificada da direção da FASUBRA e da Plenária que entendeu que o processo de negociação instalado não estava resultando em nada, a não ser em enrolação, apontando para o governo um ultimato, para que este apresentasse respostas concretas para a nossa pauta ou entraríamos em greve.

Neste momento, o governo preparou a armadilha, marcando uma reunião para o dia posterior à data do indicativo de greve, com o intuito claro de novamente nos amarrar sob a condição de termos que avaliar se estávamos ou não rompendo com a “mesa de negociação”, mesmo não tendo para essa próxima agenda nenhuma proposta a ser discutida, e o governo afirmando na mesa que continuaria a negociar com ou sem a greve.

A atitude do Ministro da Educação veio para contribuir com isso, já que não se apresentou uma proposta concreta, mas apenas um motivo para que a FASUBRA entrasse dividida na greve. Veio também para dar argumentos para o grupo que nunca quis a greve, voltar a defender sua posição, assim também como ter esses argumentos agora para acusar a quem se negou a sair pelo “fracasso” da greve.

Instalada a greve, veio à segunda intervenção do Ministério da Educação com um novo documento que retratava o mesmo conteúdo da primeira, prometendo a

instalação de uma mesa de negociação sem se comprometer com seu resultado, porém condicionando qualquer iniciativa à saída da greve. O bloco governista que esperava qualquer motivo para apontar a saída da greve, estava com maioria apertada no comando, mesmo assim encaminhou a indicação de saída e foi derrotada na base, com a maioria das entidades apontando pela continuidade da greve. Insatisfeitos, as entidades ligadas a estes agrupamentos, não acataram a posição da maioria, indicando a saída, ignorando a posição da maioria das entidades. Essa indicação de continuidade demonstrou uma perigosa ruptura com a tradição da FASUBRA, de sempre consultar às entidades de base, nos momentos de entrar e sair da greve, respeitando a decisão da maioria das entidades.

Boa parte das entidades saiu da greve sob orientação do bloco Tribo/CTB, a partir da avaliação deles, de que com essa saída enfraqueceriam o movimento e conseqüentemente, a greve se esvaziaria. A Tribo chegou a escrever um e-mail e encaminhar para sua rede que circulou nacionalmente, causando indignação de seus próprios militantes, que descontentes, distribuíram nos comandos. Este e-mail contém pérolas, tais como:

"Como disse anteriormente - estamos trabalhando para a construção de um documento do MP, que será enviado ao CNG"...

"Portanto, mais uma vez solicito, que apesar de nossas diferenças já registradas, quanto ao momento da Greve, temos que decidir pela entrada de toda a nossa base dirigida pela Tribo, para incorporar ao CNG, a partir do início da próxima semana. O nosso tempo está e esgotando."

Esse fato foi muito grave, pois mostra a ligação explícita com o governo e o pedido para suas entidades entrarem em greve para acabar com ela. **NUNCA ANTES NA HISTÓRIA DESSA FEDERAÇÃO, UMA CORRENTE REGISTRA PARA OS SEUS PARES QUE VAI ESCREVER UM DOCUMENTO PARA O GOVERNO MANDAR PARA A FASUBRA. É LAMENTAVEL! DEPLORÁVEL!**

Foram traídos pela própria prepotência do governo, que ajuizou ação contra a FASUBRA e o conjunto de entidades que permaneceu na greve. Foram obrigados a voltar, pela pressão na base que já existia, mesmo antes dessa ação, pelos que não entenderam a manobra feita com a saída de suas entidades, e a continuidade da greve nacional, e também pelo clima criado a partir da ação judicial, quando a FASUBRA deixou de ter um só corpo, também no aspecto jurídico, quando parte das entidades foram criminalizadas e outras não.

Foi nesse contexto que foi aprovada a caravana com acampamento por três dias, uma atividade radicalizada com o intuito de forçar o governo a abrir negociação com o Comando Nacional de Greve. A caravana foi aprovada, sob total descrédito por parte

do bloco "fura greve". Construimos a caravana e dentro do bloco que queria a greve discutimos que esse deveria ser o momento para uma ação radicalizada que forçasse o governo a abrir negociação, sem nenhuma ilusão de que teríamos apoio do "outro lado". Quando os informes das entidades começaram a chegar, eles passaram a se preocupar e a investir na caravana que terminou por ser um sucesso de comparecimento com mais de 1600 companheiros e companheiras e cerca de 800 acampados na esplanada dos ministérios.

Por mais que avaliemos que a caravana foi um sucesso e que cumpriu seu papel, foi nessa atividade que cometemos o erro da greve, que poderia determinar o rumo de seu fracasso ou sucesso, quando deixamos a data que deveria ser para uma atividade radicalizada, para nos adequarmos a uma agenda ajeitada pela Tribo, de mais uma reunião com o Ministro da Educação. Uma agenda que foi claramente para fazer palanque para o pré candidato à prefeitura de São Paulo, já que há muito tempo, temos claro, que o Ministério do Planejamento é quem faz as negociações e que os demais perderam a força de intervenção, à exceção dos representantes do poderes Legislativo e Judiciário. O Ministro fez promessas evasivas e nenhuma ação de fato.

A partir daí, o movimento seguiu sem perspectivas, até que surgiu a proposta de intermediação por parte das centrais sindicais, que seriam recebidas pelo governo para receber a proposta do governo para a FASUBRA. O Comando Nacional de Greve aceitou prontamente, desde que ficasse bem caracterizado que, quem negocia em nome dos técnico-administrativos das universidades é a FASUBRA e assim, as centrais deveriam fazer o papel de intermediar.

Após esta, a Direção da FASUBRA reuniu com representação das centrais que informaram que o governo estava cobrando de nós a apresentação de uma pauta mínima para ser negociada, com a qual concordamos, respondendo que o mínimo para nós, para que discutíssemos a saída da greve, seria a remuneração do piso, item que dentro da nossa pauta emergencial atingiria a toda a categoria. Não discutiríamos índice até que fosse apresentado pelo governo uma contra proposta à nossa proposta histórica de piso equivalente a o valor de três salários mínimos.

A representação das centrais voltou a falar com o governo e o que conseguimos visualizar foi que se tratava de um "blefe", que o governo não tinha proposta nenhuma. Como essa proposta veio da CUT, nos parece que foi um "teste" para nós que "movidos pela nossa radicalidade" deveríamos ter rejeitado a interferência das centrais. Porém, o bloco de esquerda agiu com serenidade e, posto a prova, vimos que o governo não trata com seriedade o movimento e que não tinha nenhuma

proposta para nós, pela política adotada de não negociar com trabalhadores em greve.

Após as centrais vieram os parlamentares que reuniram por mais de uma vez e ouviram negativas. O governo recebeu os deputados, apenas para dizer que não tinha nenhuma proposta para os trabalhadores das universidades e ainda por cima, para dizer que não receberia trabalhadores em greve.

Através da bancada do PSOL veio à proposta de emendas à Lei do Orçamento, o que permitiria ter recursos ainda para 2011. Foi proposto fazermos emendas ao PL que reduz o adicional de insalubridade; emenda para aumentar o auxílio alimentação; para alocar recursos para o piso e para nossa pauta específica, relativo à carreira. Houve uma grande resistência do bloco CUT/CTB e foi votado no CNG gerando uma “quebra” entre eles, pois a maioria, incluindo a base deles acha que é possível.

Devemos estar atentos, para que de fato a FASUBRA se empenhe e cobre no congresso a aprovação das mesmas.

As três últimas semanas foram dedicadas à luta contra a EBSERH. Por três vezes o Comando Nacional de Greve barrou a votação do relatório da Comissão Especial, sendo que, para as duas últimas reuniões, a base foi convocada e atendeu prontamente, investindo em caravanas a Brasília. Fizemos grande manifestação no dia da votação em plenário e não nos foi permitido adentrar nas galerias do plenário, no momento em que estavam aprovando o caminho para a privatização dos Hospitais Universitários.

No momento que acontecia este embate, apresentou-se a diferença do bloco de esquerda: O FINAL DA GREVE. Sem acordo no bloco, pois, apesar de concordar com os limites que a GREVE, já apresentava, considerávamos inoportuno a saída, no momento que estávamos em luta no congresso nacional contra a votação da EBSERH. Sem acordo no Comando, por maioria, apontou a saída unificada, por conta da falta de perspectivas e da eminência da greve começar a se desfazer de forma esfacelada.

Criminalização da Greve

A ação impetrada pela Advocacia Geral da União (AGU), junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), alegou à ilegalidade da greve, cobrando expedição de liminar, exigindo o retorno imediato as atividades ou, como segunda alternativa, que setenta por cento dos trabalhadores retornassem, sob pena de multa de R\$ 100.000,00 por dia, em caso de não cumprimento.

O STJ julgou, mesmo que preliminarmente, e concedeu em parte o que foi sugerido pela AGU. A liminar concedida pelo Ministro relator foi de retorno de 50% da categoria, sob pena de multa de R\$ 50.000,00 por dia em caso de não cumprimento.

Essa decisão veio em parte enfraquecer a greve, porém **serviu para superar o discurso posto pelo bloco CUT/CTB, de que a greve era ilegal**, por conta do momento em que entramos na greve.

A própria defesa feita pelo corpo jurídico da FASUBRA, aponta que estávamos corretos, pois, se baseia no fato, do governo não tratar com a devida seriedade o processo de negociação com os trabalhadores. Para fomentar o termo da defesa, a FASUBRA forneceu uma boa leva de documentos relacionados ao processo negocial, posto desde 2007, onde os advogados separaram 43 documentos que comprovam que houve um imenso esforço da FASUBRA em negociar e também o descaso do governo, já que, com todo esse esforço e todo esse tempo demandado, sequer foram apresentadas contra propostas à pauta e por diversas vezes o governo negou conhecê-la.

A ação está ainda para ser julgada e devemos continuar atentos, pois, mesmo que o governo, por conta da própria decisão do STJ, não tenha retaliado a greve, essa possibilidade ainda não está descartada.

Participação dos novos egressos nas universidades

Uma das maiores conquistas da greve foi a grande participação do pessoal, que entrou recentemente nas universidades, através dos últimos concursos públicos. Mesmo sendo trabalhadores, muitos ainda em estágio probatório, estiveram juntos na luta, e muitos viram a necessidade de estar disputando os sindicatos, assim como a FASUBRA. São companheiros de todas as classes, mas que trabalharam pela unidade da categoria.

Foi um ganho importante e acredito que é nossa tarefa estar incentivando essa participação daqui para frente, pois, é importante termos para quem “passar o bastão” e/ou renovar a militância.

A luta contra a EBSERH

Desde o primeiro dia do ano de 2011 temos travado a luta contra a privatização dos Hospitais Universitários. Esse processo de privatização se deu inicialmente, através da MP 520, editada no ultimo dia do governo Lula, medida essa, recusada por decurso de prazo no Senado, por ter perdido o prazo para votação, já que se tratava de uma Medida Provisória.

Não satisfeito, o governo voltou com o mesmo projeto, através de um Projeto de Lei com urgência constitucional. Esse dispositivo determina um prazo pequeno para aprovação no Congresso o que limita a discussão. Ao invés do projeto seguir a tramitação normal e ser submetido às diversas comissões temáticas ligadas ao

conteúdo do projeto, esse foi discutido apenas em uma comissão especial, onde não foi respeitado o tempo para discussão.

A proposta de votação do relatório foi, no mesmo dia, em que essa foi apresentada pelo Deputado Danilo Forte do PMDB/Ceará e, não fosse a ação da FASUBRA, através do Comando Nacional de Greve, que com uma ação forte no plenário onde ocorreria a votação, esta não teria sido, remarcada para a semana seguinte.

Para a nova data marcada, dia 13 de setembro, foi convocada caravana e a base atendeu, mandando um grande contingente para Brasília e, embora não tenha sido permitida a entrada de todos, o número de 150 companheiros e companheiras que adentraram a sala, onde o projeto seria votado, agiram de forma aguerrida e impediram a votação. O Presidente da Comissão Especial, para fugir da pressão garantiu que os trabalhos ali estariam encerrados e que o projeto seria enviado diretamente para discussão em plenário.

Na data prevista para votação em plenário veio o golpe, com a reabertura da discussão que estava oficialmente encerrada e, assim, ocorreu a votação do relatório na comissão especial. Essa data, dia 20 de setembro, ficou marcada pela FASUBRA e para o movimento dos trabalhadores do serviço público, pela proibição de adentrar no Congresso Nacional, que tem denominação de "Casa do Povo". Vivemos novamente episódios dignos da ditadura militar, com a entrada de policiais armados no Congresso, mesmo que eles tenham ficado à espreita, esperando nova ordem, já que estavam ali por solicitação da presidência da Câmara. Alguns ficaram surpresos com essa atitude, mas já é uma tendência do PT no trato com os trabalhadores, foi assim na Reforma da Previdência, quando estava presidindo a Câmara, também um deputado do PT, o Deputado João Paulo Cunha – SP, que mandou a polícia bater nos manifestantes, fato esse repetido por Marco Maia, agora com um contingente bem menor de trabalhadores, somente a base da FASUBRA, o que por pouco não se concretizou a agressão aos trabalhadores pela própria Polícia Legislativa, que deveria ter um outro papel.

Muitos companheiros conseguiram entrar "na marra" e mesmo com um número reduzido de militantes nos corredores do Congresso, foi feito um movimento de pressão sobre os parlamentares. O clima foi tenso e a segurança do Congresso chegou a agredir companheiros da FASUBRA, numa ação que devemos repudiar de forma veemente.

Aprovamos uma campanha de denúncia, centralizada pela FASUBRA, constituída de: Rádio, Busdoor e redes sociais, para colocar "no poste" o nome de todos os Deputados que votaram a favor do PL 1749/2011, como estratégia para a luta que

seria travada ainda dentro do Senado e na perspectiva de termos o projeto de volta à Câmara em caso de sofrer alguma emenda no Senado.

Aprovamos também moção de repúdio à Câmara de Deputados, pela agressão a companheiros da nossa base e pela atitude de manter os seguranças armados, além da convocação da "tropa de choque" que estava dentro e fora do congresso, a nos vigiar, como se fôssemos criminosos.

Na reunião do CNG do dia 21 de setembro, reafirmamos a campanha de mídia, na compreensão de que ainda *seria* possível derrotar o PL 1749/2011. Essa campanha não foi devidamente encaminhada e o projeto foi aprovado. Mesmo assim, não podemos ainda entregar os pontos: devemos disputar dentro dos conselhos universitários e através de Ação direta de Inconstitucionalidade que está sendo movida através do PSOL.

DETALHES DA GREVE

Faz-se necessário analisarmos todos os passos da greve, tentando visualizar onde erramos e onde acertamos, para nos fortalecermos para embates futuros. Em nossa avaliação estamos apontando diversos pontos onde classificamos como erros ou acertos, esperando que todos os demais companheiros e companheiras, reflitam e contribuam para um produto final que ajude a armar os trabalhadores

- **Data da entrada:** a política adotada pelo governo foi de reunir para marcar outra reunião sem apresentar propostas. Essa política serviu para dar tempo ao governo, para enfim revelar que não haveria recursos e, para desmobilizar o conjunto do funcionalismo. Quem se submeteu a isso, ou saiu com uma migalha ou saiu sem nada, isto foi a grande maioria das entidades que sequer fizeram a luta. Nossa decisão foi acertada, pois, foi provado, por mais de uma vez, que não haveria recursos para nós, da forma que não houve para os demais que fizeram acordo em 2007. Se não saímos com ganho financeiro agora, acumulamos um patrimônio político para próximos embates.
- **Formação da frente de esquerda:** vivemos nessa greve os bons momentos de 2004 e 2005, com a unidade dos grupos que estão na oposição de esquerda ao governo. Foi importante para enfrentar a política entreguista do outro bloco, e também por servir de um pólo de atração aos novos egressos, grande maioria com orientação de esquerda.
- **Manutenção da greve:** a manutenção após o documento do Ministro da Educação foi pela base, com a contribuição de diversas entidades onde eles estão à frente. Foi nossa militância que defendeu de forma acertada, pois se

nos submetêssemos agora à política de sair da greve para ser recebido, sem sequer haver proposta, seria o fim desse valioso instrumento para nós.

- **Caravana com acampamento:** um acerto diante da necessidade de movimentar a categoria e testar a capacidade de mobilização, diante do boicote eminente do bloco CUT/CTB. A categoria respondeu firmemente, contrariando os prognósticos deles.
- Faltou uma ação política radicalizada que aproveitasse o momento político da caravana. É certo que no momento que vivemos, já há algum tempo, não é possível construir atos dessa natureza no conjunto.
- **Aprovação da intermediação das centrais:** foi bastante acertada nossa discussão, pois essa proposta tratava-se, em nossa opinião, de um teste por parte deles, governo e governistas, para tentar jogar “no nosso colo” o fracasso economicista da greve. Aceitamos e nada ocorreu, o que veio a comprovar que não havia nenhuma proposta para nós, mas somente nova tentativa de nos enfraquecer, saindo da greve para ai então ouvir o veredicto.
- **Intermediação dos parlamentares:** muito parecido com a questão das centrais, porém o jogo foi além, quando o governo marcou reunião para 1º de setembro para dizer que o prazo para negociação havia se encerrado, reforçando a tese do bloco de apoio na FASUBRA.
- **Levar a luta para o congresso, contra a EBSERH:** uma forma acertada veio dar nova dinâmica a greve. Nossa ação radicalizada dentro do Congresso surpreendeu a eles, que não tiveram como reagir e nos incriminar, pelo menos publicamente, diante do efeito que surtiu a mobilização.
- **Segunda caravana para atuar no congresso:** por conta do momento da greve e do tempo exíguo para organizar a caravana, sua ação ficou reduzida ao congresso. Mesmo assim, foi importante para mostrar para nossa base, como age o governo que eles tanto defendem e como está sendo encaminhado um projeto tão importante para nós, o PL 1749/2011, sem nenhuma democracia.
- **Aprovação de apoio às emendas parlamentares:** no que pese as dificuldades para aprovação de qualquer emenda, serve de política de pressão para cima do governo e sua base de apoio no Congresso já que afirmaram que não negociavam por conta da greve.
- **Campanha de mídia: UM FRACASSO!** Ate hoje a FASUBRA não sabe quais entidades encaminharam a campanha. O não cumprimento da decisão do CNG, contra a nossa vontade, mutilando a campanha e descentralizando-a da

FASUBRA, foi um erro grave por desrespeitar uma decisão de uma instância política da federação.

- **Denúncia dos parlamentares que votaram a favor da EBSEH:** uma política nossa que não tiveram como vetar. É importante estarmos “colocando no poste” todos que votaram a favor da EBSEH, para intimidar os senadores e os próprios deputados, caso o projeto volte para a Câmara. Infelizmente, não surtiu efeito devido à descentralização da campanha, conforme relatamos acima.

III - A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DOS GOVERNOS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES – A MÍDIA SUSTENTA A FARSA

“Não devemos transformar a mediocridade em valor de vida”

Lauro de Oliveira Lima

A Política de Educação do governo do PT tem se pautado numa campanha de mídia que não reflete o processo educativo em curso no país. Assim como outras políticas sociais importantes, foi abandonado o discurso da prioridade diante da opção pela continuidade da política entreguista implementada anteriormente pelo PSDB. Chegando ao governo o PT esqueceu o que antes defendia e foi incapaz de encaminhar ao Congresso a derrubada do veto à meta de destinação de 7% do PIB para a educação mesmo sendo essa uma meta limitada além do que, o que era defendido pelos movimentos sociais, inclusive por esse partido, era 10%.

A desvinculação da DRU para a educação, propagandeada pelo governo, foi apenas um acerto de contas, não trouxe mais recursos, pois a divisão da arrecadação em impostos e contribuições serve para retirar recursos de políticas atreladas, como no caso da educação.

Não existe valorização da Educação sem a valorização dos trabalhadores. No entanto, aprovação do Piso Nacional dos Professores foi contestado através de Ação Direta de Inconstitucionalidade encaminhada por governadores que do PSDB e também do PMDB e PSB, da base do governo. Foi julgado no Supremo Tribunal Federal e considerada constitucional a lei do piso, porém o descumprimento vem de estados e municípios que vão do PT ao PSDB que aplicaram também o mesmo “remédio” para os professores e professoras que

ousaram lutar pelo cumprimento da lei, com forte repressão e descaso pela causa desses profissionais.

A divulgação da realidade da Educação não acontece, e o próprio governo não divulga seus dados e nem os considera na elaboração. Segundo dados do próprio governo, levantados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social permanecem as desigualdades de escolarização no Brasil e estes dados pouco ou nada tem se alterado. Em 2005 haviam 15 milhões de analfabetos e em 2009 ainda persistem 14,105 milhões de pessoas analfabetas. (redução de apenas 1,5%) . Destes, 35,4% tinham entre 40 e 59 anos. A faixa etária subsequente (60 ou mais) tem o maior peso relativo entre os analfabetos. O analfabetismo incide mais desfavoravelmente nas áreas rurais, nas Norte e Nordeste. A meta do PNE era ter apenas 2,2% de analfabetos em 2010. Os dados do Mapa do Analfabetismo são alarmantes. Em nosso país existem aproximadamente 14 milhões de pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples.

Considerando-se o conceito de "analfabeto funcional", que inclui as pessoas com menos de quatro séries de estudo concluídas, o número salta para 33 milhões.

Jovens e Crianças fora da Escola: 70% dos jovens entre 18 e 24 anos estão fora do processo educacional e, apenas, 14,4% freqüentam a Educação superior (o PNE previa 30% para 2010). Dos jovens de 18 a 24 anos que ingressam no Ensino Médio apenas 40% concluem. Apenas 54% dos estudantes concluem a 8ª série, ou seja, concluem o Ensino Fundamental. 51% dos jovens entre 15 e 17 anos não cursam o Ensino Médio. Também 70% das crianças de 0 a 5 anos estão fora da escola.

Na Educação superior a tão anunciada expansão tem cara de pública mas realidade de Privada. Segue abaixo o gráfico do senso da Educação Superior do INEP.

**Evolução do Número de Matrículas (presencial e a distância)
por Categoria Administrativa – Brasil: 2001-2010**

Públicas %		Privada %
2001 -	944.584 (31,1)	2.091.529 (68,9)
2002 -	1.085.977 (30,8)	2.434.650 (69,2)
2003 -	1.176.174 (29,9)	2.760.759 (70,1)
2004 -	1.214.317 (28,8)	3.009.027 (71,2)
2005 -	1.246.704 (27,3)	3.321.094 (72,7)

2006 -	1.251.365 (25,6)	3.632.487 (74,4)
2007 -	1.335.177 (25,4)	3.914.970 (74,6)
2008 -	1.552.953 (26,7)	4.255.064 (73,3)
2009 -	1.523.864 (25,6)	4.430.157 (74,4)
2010 -	1.643.298 (25,8)	4.736.001 (74,2)

Na realidade houve uma expansão das Instituições Privadas em 126,43 % e das Públicas em 73,97%, (Fed. - 85,9 %; Est. - 66,7 %; Mun. - 30,63), Do total de matrículas 14,6% são no Ensino a Distância.

A expansão da Educação Superior tem se dado na verdade através do PROUNI, REUNI e FIES.

REUNI – a política de expansão através do REUNI, foi implementada nas universidades sem maiores discussões por conta do autoritarismo chantagem a que ficaram submetidas às universidades: ou aceitariam ou não receberiam recursos adicionais. Todo processo autoritário teve a participação da maioria dos Reitores. O resultado dessa política hoje é a queda de qualidade na maioria dos cursos implementados através dessa expansão. Muitas vagas foram criadas, porém não se deu a contratação de trabalhadores docentes e técnico-administrativos para dar conta dessa expansão. O resultado é termos cursos com até 2 anos de implantação, onde há carência de docentes em disciplinas básicas, o que compromete não somente a qualidade mais também a própria existência do curso. Quando temos contratação de trabalhadores, isso se faz de forma precária, com terceirização de técnico-administrativos e professores temporários, o que compromete a qualidade e quebra o princípio ensino-pesquisa-extensão, já que esses profissionais não fazem pesquisa e em alguns campi somente eles atuam. Um outro problema do REUNI é a implantação dos cursos de Baixarelaos Interdisciplinares que sequer tem mercado de trabalho para eles.

A política do PROUNI implementada por Lula veio para salvar as faculdades privadas, muitas de qualidade duvidosa. Com um discurso falacioso de transformar em bolsas as dívidas de impostos das escolas particulares, o PROUNI foi implementado e o que temos hoje é uma verdadeira sangria de recursos públicos para atender essas instituições, combinado com a política do FIES que destina bolsas, priorizando essas instituições. O que temos observado é que os estudantes mais carentes estudam nas piores faculdades e nos piores cursos. É uma educação pobre para os pobres.

O FIES é um programa para poucos, pois a família tem que comprovar renda compatível com o curso, q que os mais necessitados não conseguem e o estudante já forma endividado e é passível de SPC.

Essa política é seguida por Dilma que além de ampliar as transferências de recursos através desses dois programas, ampliou para o ensino técnico, através do PRONATEC, com uma política forte dessa modalidade de ensino para a iniciativa privada e o uso do sistema SESC SENAC para a educação profissional.

O NOVO PNE.

O debate em torno do novo PNE se deu dentro da Conferencia Nacional de Educação, através da Comissão de Educação da Câmara, porém foi elaborado no conselho Nacional de Educação que é composto majoritariamente por representantes das instituições privadas de ensino. O resultado disso é que o projeto de lei, embora trazendo em seu contexto metas avançadas, tem uma característica forte da parceria público privada como "solução para os problemas na educação pública".

A luta pela destinação de 10% do PIB para a educação, encaminhada por diversos segmentos da sociedade civil, entre esses a FASUBRA e os demais organismos sindicais do setor público, foi desconsiderado pelo governo que além de encaminhar uma meta menor, 7% do PIB, não faz essa destinação exclusiva para a educação publica como defendemos, deixando aberta a aplicação desses recursos também para a educação oferecida para o setor privado.

A FASUBRA encaminhou diversas propostas de emendas ao projeto, onde o mote principal seria incluir no texto o reconhecimento dos trabalhadores técnico-administrativos como trabalhadores em educação. As emendas buscaram também garantir no texto a política aprovada nos congressos como políticas de inclusão e cotas, políticas para mulheres entre outros. O relator do projeto, Angelo Vanhoni deputado do PT, rejeitou todas as emendas da FASUBRA e de outras entidades sindicais, não assimilando assim o conhecimento adquirido pela experiência dessas entidades.

Embora o relatório apresentado, com meta de 8% do PIB para a educação, tenha avançado em relação ao apresentado pelo governo, é insuficiente diante da reivindicação do movimento e de estudos de diversos pesquisadores que apontam 10% do PIB da Educação como um patamar mínimo para o Brasil vencer seu desafio imediato de sair da posição vergonhosa que se encontra

quando se compara com outros países emergentes os índices de educação em descompasso com o título de sétima economia do mundo.

IV - SAÚDE: O DESMONTE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE E DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS

“Não existe no mundo sistema de saúde universal e de mercado. Isso é sanitariamente trágico e economicamente inviável”.

(Ricardo Menezes)

O SUS:

O Sistema Único de Saúde foi aprovado na Constituição Federal de 1988 a partir de uma grande mobilização dos movimentos sociais que envolveram estudantes, professores, pesquisadores e profissionais de saúde, e o movimento da Reforma Sanitária. O SUS se tornou uma política dos Movimentos Sociais e não uma política de estado. A partir da década de 90 foi possível dar uma nova forma na organização do sistema de serviços de saúde no Brasil. Os elementos que mais se destacam são a Universalidade, Integralidade, Equidade, Descentralização e Controle Social.

Por não se tratar de uma política de estado ou mesmo de governo, não existe um compromisso real com o seu Financiamento, além de uma agenda de desmonte que não encontra resistência efetiva por parte dos movimentos sociais organizados. Esta agenda de desmonte é bastante agressiva por parte do setor conservador, dos quais fazem parte setores da categoria médica, da indústria de equipamentos médicos e farmacêuticos que tem como aliados a burocracia de estado nas três esferas de governo.

Para Jairnilson Paim professor de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia: *“Existem vários tipos de SUS; dentro do SUS representam concepções tanto dos dirigentes, quanto da mídia ou dos próprios profissionais da saúde e, por que não dizer, da população. Na realidade, são representações sociais acerca desse sistema que estamos tratando aqui. Portanto, tem um SUS que está na lei, na Constituição, na Lei Orgânica da Saúde, e que ainda não é o sistema que efetivamente encontramos “na prática”; temos um SUS que eu chamo “um SUS pobre para pobres”, que é um sistema onde faltam recursos e sobram filas, as pessoas não são bem atendidas e muitos acham que é para ser assim mesmo, porque como é um sistema que ainda não é para todos, os pobres, ao serem atendidos, ainda ficam agradecidos, achando que receberam um*

bom atendimento, e para esse tipo de concepção qualquer coisa para pobre serve e ponto. Esse sistema não é o que foi concebido nem na legislação, nem pelo movimento da reforma sanitária. Tem também o SUS que está na cabeça dos gestores, que eu chamo de "o SUS real", em que a saúde da economia é mais importante que a saúde do povo. Na hora em que se vai designar uma quantidade de recursos, se pensa mais no orçamento e no equilíbrio financeiro do que na saúde da população. Esse é o SUS refém da área econômica de cada governo que tem passado pelo Brasil. Esse SUS também é um "SUS Real" – e eu faço o trocadilho com a realidade e com o nome da moeda brasileira –, dos conchavos políticos, das indicações para cargos de comissão, para cargos de confiança, em que há um uso da saúde como moeda de troca entre partidos e entre governantes. E quando se faz alguma crítica a esse SUS, se é considerado um sonhador, porque a realidade é assim mesma: deve ser garantida a governabilidade, etc. E há o SUS que foi gerado pelo movimento da reforma sanitária, que ainda não foi inteiramente implantado e se encontra ameaçado numa encruzilhada sobre a qual a sociedade brasileira terá que debater mais, para saber qual o sistema de saúde que ela efetivamente quer. Essas são concepções acerca do SUS. E como essas idéias que estão na cabeça das pessoas influenciam na hora de tomar decisões, há uma disputa simbólica entre os vários atores sociais sobre qual é o SUS que se defende".

OS PRINCIPAIS ATAQUES AO SUS SÃO:

1- A FALTA DE FINANCIAMENTO: O SUS TEM UM DÉFICIT DE 160 BILHÕES DE REAIS:

O Brasil gasta hoje em saúde 4,07 % do orçamento da união e em juros da dívida 45,05 %, dados do orçamento geral da união executado em 2011; o orçamento deste ano houve um corte de R\$ 5,4 bilhões e o governo, ainda tem a cara de pau de afirmar que os todos os programas serão contemplados. Neste país saúde em nenhum momento é prioridade.

Os planos de saúde em 2010 gastaram 71 bilhões de Reais para 45 milhões de beneficiários, o que resulta em 1.560,00 reais por beneficiário a cada ano. Se usarmos este mesmo valor para os 191 milhões de brasileiros, precisaríamos de 298 bilhões de Reais que subtraídos dos 138 bilhões utilizados hoje dariam 160 bilhões de déficit (Gilson Carvalho- Fonte- Ministério da Saúde).

Para resolver o problema do Financiamento era aguardada a regulamentação da Emenda Constitucional 29, pois ela já havia sido aprovada em 2000 determinando o gasto de estados e municípios em 12 e 15 % dos recursos arrecadados. Faltava a contribuição da União.

Com a aprovação no Congresso Nacional da regulamentação da EC 29 que passou a Lei Complementar 141 de 13/1/12, os Vetos da Presidenta Dilma enterram de vez a possibilidade do investimento de recursos financeiros da União na Saúde. A falta de financiamento continua.

2- CONFERÊNCIAS DE SAÚDE:

As conferências que tinham o peso nacional de deliberação das políticas de, hoje estão totalmente desacreditadas, seja pelo não cumprimento das deliberações ou por atitudes de Ministros que declaram a imprensa não cumprir ou acatar os resultados.

As conferencias acontecem de 4 em 4 anos com a representação dos segmentos para avaliar a situação da saúde, propor diretrizes para formulação da política, convocada pelo executivo, Conselho ou própria conferencia.

Ocorre que isto não tem sido assim. Não se realiza um estudo de avaliação da saúde, não se garante a paridade da representação e, na maioria das vezes, a plenária aprova contra as políticas privatizantes do governo, o que acaba sendo descumprido. É preciso repensar!

3- CONSELHOS DE SAÚDE:

Os Conselhos de Saúde ainda hoje são na sua grande maioria dirigidos pelos secretários de saúde. Seus membros, em especial os representantes dos usuários, estabelecem uma relação de troca com os secretários de saúde para as unidades de saúde onde moram. É uma relação viciada, onde parte da representação dos profissionais de saúde/Sindicatos tem desistido de sua participação. A formação de Conselheiros é uma questão central que não avança, pois não há interesse de setores que usam os conselhos de forma autoritária e manipuladora . A política no Conselho Nacional de Saúde não difere muito, pois o mesmo após a ter na presidência um trabalhador desde o mandato passado vem sendo dirigido pelo Ministro da Saúde.

4- AS PRIVATIZAÇÕES;

4.1-ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E OSCIPS:

Criadas pelo PSDB em São Paulo, como instrumento de viabilização de Políticas Públicas conforme o Plano Diretor da Reforma do Estado de Bresser Pereira. São pessoas jurídicas de direito privado que estabelecem com os governos um contrato de Gestão. Recebem então todos os bens do estado para administrar, contratam sem concurso público, adquirem bens e serviços sem licitação e não prestam contas aos órgãos de controle interno e externo.

4.2- FUNDAÇÕES ESTATAIS DE DIREITO PRIVADO:

Mesmo tendo sido derrotada a proposta de Fundação Estatal de Direito Privado na XIII Conferencia Nacional de Saúde, vários estados já aprovaram e implementaram estas fundações, tais como Bahia, Rio de Janeiro, Sergipe, Pernambuco, etc.

É mais uma forma atualizada de Parceria Pública Privada, assim como as OS e OSCIP, a forma de contratação da força de trabalho é a CLT e os salários submetidos às regras do mercado, subordinados ao contrato de gestão.

4.3- COOPERATIVAS MÉDICAS:

Esta é mais uma forma de privatização do SUS. Os médicos se organizam em cooperativas, não estabelecendo vínculo empregatício com o estado e cobram preços alarmantes na prestação de serviços. O modelo que começou com os médicos já se propaga para outras categorias como agora a enfermagem, sendo que ainda neste setor não há um abandono em massa do serviço público.

4.4- CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS:

Os Consórcios Intermunicipais foram criados para que os pequenos municípios pudessem potencializar os recursos financeiros, e ofertar maior variedade de serviços a população do interior, sem que precisasse se deslocar para longe. O que aconteceu foi que estes consórcios passaram a não organizar seus serviços, e sim a financiar a compra de serviços da iniciativa privada, muita vezes, chegando a quarteirizar os serviços.

4.5 – COMPRA DE SERVIÇOS NA REDE PRIVADA:

O que se vê, na maioria dos estados hoje, é uma estagnação na ampliação e manutenção das redes de saúde e uma opção pela compra de leitos na iniciativa privada e, na maioria das vezes, para os quadros de alta complexidade. O estado não estrutura sua rede e passa a financiar a iniciativa privada, com um agravante, os recursos não são suficientes para todos que necessitam, logo, muitos morrem nas filas da emergência.

4.6 – FARMÁCIA POPULAR:

A implantação da farmácia popular quebra o princípio da integralidade do SUS. Ao invés de financiar de maneira integral os medicamentos, o governo Lula implantou programa que financia remédios das grandes corporações a preços mais baixos. Além do usuário ter que pagar de novo pelo que já está pago, a medida beneficia grandes corporações farmacêuticas, já que também não coloca o uso de medicamentos alternativos homeopáticos. Infelizmente, alguns setores do movimento sindical preferiram aderir ao discurso do “mais fácil” e comemoraram a medida, dizendo que agora os “pobres teriam remédio”. Vale

lembrar que o SUS, segundo a Constituição Federal, deve oferecer ações e serviços de saúde integrais, incluindo a assistência farmacêutica. A Farmácia Popular nada mais é do que uma grande “bolsa-indústria farmacêutica”.

4.7- PLANO DE SAÚDE DOS TRABALHADORES DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Aprovado com muita facilidade no congresso da FASUBRA e implementado a partir da GREVE de 2007, como uma “grande vitória” do movimento, hoje, setores da categoria já apresentam dificuldade em pagar a parcela que é de sua responsabilidade, além da precariedade no atendimento por alguns planos, como no caso da GEAP, que tem bastante restrições em diversos municípios, e até nas capitais. Precisamos avaliar o impacto que tem no SUS e o investimento cada dia maior na rede privada.

4.8-O ATAQUE AOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS: EBESERH

No dia 24 de novembro de 2011 foi aprovado no Senado o PLC 79/2011. A aprovação desse projeto representa a morte anunciada dos HUs, no seu papel histórico de ensino, de pesquisa e de extensão. Essa aprovação banaliza a função dos HUs, reduzindo essas Unidades Acadêmicas a meras “prestadoras de serviço” na área de saúde.

O PLC 79/2011, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBESERH promove a desvinculação dos Hospitais Universitários das Universidades, rompendo o modelo que hoje preserva a indissociabilidade entre o ensino a pesquisa e a extensão. Representa um ataque à formação dos profissionais da área de saúde e da produção de pesquisas que lá são desenvolvidas.

A criação da EBESERH faz parte de um projeto mais amplo de governo federal, que avança nas políticas neoliberais, na concepção de estado mínimo. Foi apenas iniciado nos Hospitais Universitários e pode ser ampliado para os diversos setores do serviço público, que não são considerados como exclusivos do Estado pelo governo. Essa política já está desenhada na nova proposta de estatuto do serviço público, elaborado por uma comissão de juristas contratada pelo Ministério do Planejamento para esse fim. As dificuldades que temos nas nossas entidades sindicais, por conta das divisões, depois da eleição de Lula, não permitiram uma grande luta conjunta e, se o governo conseguir aplicar esse processo de privatização nos HUs, vai estender para outros setores, onde o próximo alvo é a previdência complementar dos servidores públicos.

Com esse processo de terceirização da gestão do serviço público, o governo avança também sobre a organização sindical dos servidores públicos. Nos HU's as consequências já são bastante visíveis. Com a contratação pela CLT para os trabalhadores da EBSERH passaremos a ter contratações por dois regimes e por carreiras diferentes, se é que esses trabalhadores terão carreira. Isso dificultará a mobilização e como bem sabemos que sem mobilização efetiva, nunca conseguimos avançar, teremos dificuldades para manter e ampliar conquistas.

Com a aprovação da EBSERH teremos outros diversos problemas:

1. A autonomia universitária ficará ameaçada: O projeto provocará a dissociação entre o ensino, pesquisa e extensão dentro da universidade, fragilizando a formação de profissionais na área da saúde;

2. A EBSERH acabará com o concurso público em regime estatutário, contribuindo para a precarização das relações de trabalho e criará espaço para o nepotismo e clientelismo, além de dificultar nossa mobilização na busca de novas conquistas. A terceirização vem avançando dentro das universidades, com a aprovação do PL, será estendida também a gestão;

3. Hoje, os Hospitais Universitários realizam 100% dos atendimentos através do Sistema Único de Saúde (atendimento público). Após a privatização, os atendimentos através do SUS diminuirão para dar lugar aos serviços prestados, através dos Planos de Saúde (atendimento privado). Isso significa mais pessoas de baixa renda sem pronto-atendimento.

4. A EBSERH representa a privatização dos HUs. Como ocorre hoje com empresas de direito privado como Correios e Infraero, a transformação em empresa de direito privado é um passo grande a privatização total.

Mas essa política de abandono do projeto da reforma sanitária vem enfrentando resistências. Em 2010, foi fundada a Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, aglutinando fóruns locais de saúde de 4 estados. A partir da sua atuação em espaços nacionais do movimento de saúde, esta Frente cresceu, e hoje se encontra em 18 estados, reunindo sindicatos, movimentos sociais, estudantes e usuários.

É fundamental que a FASUBRA e sindicatos de base, se articulem com os fóruns locais, construam onde ainda não existe e ocupem este espaço, levando a nossa luta contra a privatização dos HUs para espaços mais amplos, fortalecendo-a.

O QUE PROPOMOS:

1- Lutar pela efetiva implementação do SUS;

- 2- Lutar contra todas as formas de privatização da Saúde seja através de OS's, FEDPs, EBSEH ou PPP's (Parcerias Público-Privadas);
- 3- Propor que a categoria faça uma avaliação dos custos benefícios do Plano de Saúde;
- 4- Lutar contra a implementação da EBSEH;
- 5- Participação da FASUBRA na Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde;
- 6- Participação dos sindicatos de base nos fóruns locais de saúde.

"O grande problema da saúde no Brasil é que a população é sempre a desculpa, e não a causa das decisões tomadas pelos governantes. Para serem eleitos vários governadores estão fazendo contratos com empresas privadas ainda durante suas campanhas. Prometem que vão colocá-las para administrar algum hospital. Funciona assim... uma empresa financia a campanha do candidato que já faz um contrato com a mesma; quando esse candidato é eleito é obrigado a colocá-la na administração de um hospital público (que agora vai deixar de ser público). Daí, antes de fazer isso, ele tira as verbas dos hospitais, deixa sucatear tudo, não dá o mínimo de insumos para os profissionais da saúde trabalharem, fala para a população que assim não pode ficar (sendo que eles mesmos que deixaram chegar nesse ponto) e contratam uma empresa (falcatrua) para administrar os hospitais. Logicamente, depois disso, eles começam a colocar dinheiro na saúde, e aí falam que a privatização foi a solução."

Ester (Militante da Saúde)

V - CARREIRA: A Luta Continua...

"A única luta que se perde é a que se abandona"

Hebe Bonafini, Madres de la Plaza de Mayo

A Lei No 11.091, de 12/01/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino, trouxe novamente à luz a aplicação do Programa de Desenvolvimento dos Integrantes da Carreira, aliado a política do Plano de Desenvolvimento institucional.

É importante considerar que através destes Programas consiste em parte um processo de desencadeamento de ações que permitam o desenvolvimento e/ou aprimoramento das competências necessárias ao bom desempenho do fazer do trabalhador, visando à melhoria dos serviços prestados pela Instituição pública.

Os incentivos a capacitação e qualificação levou muitos trabalhadores de volta às salas de aula. Esse foi um dos principais ganhos com a aprovação da lei.

Algumas instituições tem se negado a oferecer condições de capacitação para os trabalhadores alegando falta de recursos. É necessário aprovar um orçamento que garanta a capacitação e qualificação constante dos trabalhadores.

Além desses elementos acerca do processo de desenvolvimento da lei 11.091, e que apontamos como importantes e decisivos na busca por aprimoramento e qualidade no nosso fazer, a implementação da lei, só vai se concretizar com muita luta.

O principal problema é a tabela salarial. Temos um modelo importante, com todos os cargos dispostos em uma única matriz, o que garante que os trabalhadores não receberão aumentos diferenciados, porém os salários são os mais baixos do serviço público.

Mesmo com os baixos salários, o que precisamos corrigir, fazendo a luta no dia a dia, a Lei 11.091-2005 traz elementos importantes que tem servido de exemplo para outras categorias e nas últimas greves e negociações com o governo o consenso da categoria foi de manter a carreira e avançar no seu aperfeiçoamento, no que se refere:

Volta do STEP constante: embora o step continue constante na tabela, a garantia foi retirada na Lei 11.784. Devemos continuar atentos pela manutenção na tabela e a volta do texto que garantia o step constante.

Processo de Racionalização dos Cargos: Ratificamos o trabalho aprovado em Plenária e a discussão no âmbito da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira.

Construção de um calendário permanente para as reuniões da **COMISSÃO NACIONAL DE SUPERVISÃO DA CARREIRA,**

Instalação do **GT de Terceirização**, em cumprimento à Lei, para que de fato seja discutida a terceirização nas IFES;

ANEXO IV: na proposta de alteração do Anexo IV, conforme decidimos, já foi aprovada no pleno da Comissão Nacional. É preciso pressão no Ministério do Planejamento para que seja convertido em lei.

Reestruturação da tabela: há necessidade de discutirmos as modificações na tabela no sentido de contemplar a necessidade de termos que passar mais tempo no serviço público, assim como responder os anseios da categoria:

a) Aumento dos Níveis de Capacitação: Há necessidade de discutirmos esta questão, levando em consideração também a questão da carga horária necessária;

b) Aumento dos Padrões de Vencimento: A “reforma” da previdência obriga o trabalhador permanecer mais tempo no Serviço Público. Portanto, necessitamos discutir o aumento do número de padrões;

c) *Step de 5%*;

d) Manutenção ou não do número de Níveis de Classificação;

ASCENSÃO FUNCIONAL: o Projeto de Emenda Constitucional que traz de volta a Ascensão Funcional, elemento que permitirá o trabalhador evoluir de fato na instituição, está parado no Congresso nacional. Precisamos articular todo o conjunto das entidades Federais para acumularmos forças para enfrentar o debate e aprovar a volta da Ascensão.

Pressão ao Governo afim de que possamos buscar a isonomia no campo da formação no que tange a bolsa CAPES e a conquista de pós-graduação profissional como elemento de aperfeiçoamento do conjunto da categoria, bem como a luta por orçamento próprio para a implementação de políticas de capacitação.

Alteração no art. 15 da Lei 11.784.: Extensão a todos os Técnico-administrativos do PCCTAE da possibilidade de aproveitamento de disciplinas isoladas, concluídas em cursos de mestrado e doutorado, para fins de Progressão por Capacitação Profissional. Devemos continuar lutando para a extensão a todos.

Alteração no art. 15 da Lei 11.784.: Reposicionamento de servidor titular de cargo efetivo do PCCTAE que ingressar, no mesmo plano, em outro cargo de nível de classificação superior. Garantia de que será reposicionado em padrão de vencimento básico igual ou imediatamente superior ao do cargo até então ocupado.

Além desses problemas levantados na lei 11.091, é necessário ampliarmos o debate das Diretrizes de Plano de carreira, no conjunto dos servidores públicos federais e na própria categoria para, de fato, construirmos uma carreira que possibilite aos servidores o seu desenvolvimento. É preciso estarmos atentos sobre a reformulação do governo, das áreas que negociam com o serviço público e do projeto de reformulação do estado em curso.

Devemos retomar o debate a cerca da Concepção da carreira, buscando o debate na categoria, através dos GT’ carreira, seminários e direção da FASUBRA. Sabemos que será uma tarefa difícil, frente às posições do governo que está reformulando o serviço público se espelhando na iniciativa privada. Porém temos a certeza que se tivermos a capacidade de dialogarmos com todos os setores do serviço público, podemos ter resultados satisfatórios.

VI - MEIO AMBIENTE EM RISCO!!!

“Queremos uma justiça social que combine com a justiça ecológica. Uma não existe sem a outra”

Leonardo Bolff

Uma verdadeira sustentabilidade do meio ambiente é impossível dentro desse modelo social e econômico proposto pelo capitalismo. A lógica perversa do sistema capitalista, em constante expansão na busca do lucro, destrói não somente as condições de trabalho da população ou a estrutura social e cultural de um país por via de uma guerra, como destrói também os recursos naturais renováveis e não-renováveis presentes em nosso planeta. Para preservar verdadeiramente o meio ambiente, para que a humanidade sobreviva de maneira sustentável; é necessário modificar a estrutura social, política e econômica imposta pela lógica do capital.

Como nos governos Lula e Dilma, do PT, a lógica capitalista não foi e não é questionada, presenciamos uma acelerada destruição do meio ambiente protagonizada pelas políticas do Governo Federal, pelo Agronegócio e pelas Indústrias nacionais e estrangeiras instaladas no país. Nos últimos 10 anos, o Governo do PT optou por efetivar políticas que beneficiam os latifundiários, usineiros e a estratégia do Agronegócio em si, em detrimento do incentivo à política da Agricultura Familiar, que hoje é responsável por grande parte da produção de alimentos no país (arroz, milho, café, mandioca, leite, feijão e outros) que compõe a cesta básica. Além disso, pouco se avançou na realização de uma verdadeira e necessária Reforma Agrária, que é uma importante estratégia para superação da fome, da violência e de inúmeros outros problemas sociais crônicos que caracterizam a realidade brasileira.

Nesses últimos anos, percebe-se uma nítida expansão de instalações das usinas de cana-de-açúcar e do plantio de monoculturas. O plantio de monoculturas, em boa parte danosa aos solos, beneficia a política de exportação, e não do abastecimento do mercado interno; e a proliferação de usinas de cana-de-açúcar provoca nesse momento um processo de desnacionalização das terras brasileiras, explícito no exemplo da Empresa de terras Radar sócia do Grupo Cosan e de fundos de pensão estadunidenses, que possui hoje a posse de mais de 80 mil hectares de terras brasileiras!

Esse domínio das terras produtivas brasileiras pelas grandes multinacionais prejudica também a política de soberania popular da população brasileira, visto que nesse processo, em nome da busca destrutiva pelo lucro, intensificou-se a plantação e a venda de produtos transgênicos; sem a conclusão segura de pesquisas acadêmicas

que demonstram os possíveis efeitos à saúde causados pelo consumo de alimentos transgênicos.

A aprovação da Lei 11952, de 25 de Junho de 2009, que na prática regulariza a grilagem da terra no norte do Brasil, demonstrou o descaso do governo petista com a preservação das florestas. Essa lei ampliou o limite máximo de áreas invadidas na zona rural da Amazônia Legal, que poderiam ser legalizadas pelo governo sem exigências como uma licitação 500 para até 1.500 hectares. O resultado dessas políticas foi um significativo avanço da soja e da pecuária na Amazônia.

Em 2011, com 410 votos favoráveis na câmara dos deputados federais em Brasília, e posteriormente com uma ampla maioria no Senado Federal, foi aprovado o projeto de Reforma do Código Florestal, que simboliza um imenso retrocesso na legislação ambiental por flexibilizar a ocorrência de crimes ambientais, permitindo, por exemplo, que as Áreas de Preservação Permanente (APP's) sejam usadas para outros fins que não os da estrita preservação do meio ambiente; e anistiando todos e todas que praticaram atos de desmatamento até 2008. Esse novo Código Florestal reduz a atuação do Ministério Público na fiscalização do cumprimento da legislação ambiental, fazendo perder o sentido da existência do Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Outras políticas do Governo do PT, como a transposição do Rio São Francisco e a construção de Usinas Hidrelétricas (como por exemplo, a Hidrelétrica de Santo Antônio nos rio Madeira e a Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu), demonstram que a opção do governo é atender os interesses dos representantes do capital, em detrimento dos interesses da população. O Governo do PT, que se diz dos trabalhadores, não se deu ao trabalho de consultar a população brasileira sobre a implementação de todas essas políticas, que descrevemos brevemente, que afetam drasticamente o meio ambiente e conseqüentemente o futuro político, econômico e social da população brasileira.

Propomos lutar:

- 1-** Contra a entrega de terras públicas do Brasil para o capital privado internacional!
Fora as Empresas Transnacionais da Amazônia e de todo o país que lucram com o domínio dos solos brasileiros.
- 2-** Contra o PLC 30/2011 - Projeto de Reforma do Código Florestal.
- 3-** Em defesa de um verdadeiro e necessário processo de Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores!
- 4-** Por uma política de investimento na Agricultura Familiar. Contra a destinação de investimentos públicos para o desenvolvimento destrutivo do Agronegócio.

- 5- Contra a produção e venda de Transgênicos.
- 6- Por uma política que garanta a soberania alimentar.
- 7- Contra a construção de barragens na Amazônia e de Usinas Hidrelétricas, como a Usina de Belo Monte por exemplo.
- 8- Por uma outra política de geração de energia!

VII – ESTRUTURA SINDICAL

“A emancipação da classe trabalhadora será obra dos próprios trabalhadores”

Karl Marx

Desde o início do Governo Lula, muitos são os ataques aos sindicatos e ao movimento sindical, que continuam no Governo Dilma, como a criminalização das greves e a perseguição a dirigentes sindicais. Estes ataques vão desde a perda de direitos adquiridos, a flexibilização do trabalho e, um ataque especial a própria organização dos trabalhadores. Tudo isto para que a resistência da classe seja menor e, com isso, o governo possa retirar os direitos dos trabalhadores e construir o desmonte do serviço público. Entre esses ataques, estão:

1- Legalização das Centrais Sindicais: Até o momento já temos 18 Centrais Sindicais incentivadas por diversas frações políticas, cujo objetivo da maioria delas é o de abocanhar uma parcela do imposto sindical distribuído pelo governo. Para retribuir esta bocada, a maioria dessas centrais trabalham pela desmobilização das lutas sociais.

2- O Imposto Sindical no Serviço Público: Os trabalhadores do serviço público sempre tiveram uma organização autônoma e independente do Estado e se mantiveram com a contribuição, opcional, de seus filiados. A imposição do imposto sindical para este setor visa à efetivação das entidades sindicais como aparelho de Estado e ajuda no desenvolvimento burocrático das direções sindicais, que não precisarão mais ser reconhecidas pelas bases.

3- Intervenção através das Consignatárias: O Ministério do Planejamento, a partir da Portaria nº186, interviu nos sindicatos impedindo, desde novas filiações até exclusões dos quadros de filiados das entidades. Apesar de algumas entidades de base terem resolvido o problema, muitas ainda, passam aperto por esta situação.

Neste período, enquanto várias entidades ralaram muito para terem seus pedidos atendidos (normalmente entidades de oposição ao governo), prejudicando a sua atuação, outras não tiveram as mesmas dificuldades.

Além disso, o Governo atua diretamente na fragmentação, como o fez via criação do PROIFES, ou incentivando a ATENS, para quebrar as estruturas históricas de luta dos trabalhadores.

4- Carta Sindical: Para regularização dos descontos no SIAPE o Ministério do Planejamento passou a exigir a carta sindical, visando delimitar a base de abrangência de cada sindicato, fazendo assim, uma intervenção na organização da base de nossa categoria que teve que adequar seus estatutos, a representação apenas dos trabalhadores regidos pela Lei 11091/05. Deste modo, não são mais os trabalhadores que escolhem se querem ou não ser representados por aquele sindicato, e sim o governo.

5- Mesa Nacional de Negociação Permanente: em uma ação que parecia inaugurar uma relação democrática, o governo instalou a Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), também chamada, pelo movimento, de Mesa Nacional de Negação Permanente. Com a presença de vários ministros, dentre os quais destacamos José Dirceu, Guido Mantega, Ricardo Berzoini e Antônio Palocci, foi iniciado, em fevereiro de 2003, um processo negocial. No mês seguinte fechava-se o regimento da mesa e um mês à frente, em abril, os servidores públicos federais, representados pela CNESF (Coordenação Nacional das Entidades do Serviço Público Federal), apresentaram uma proposição de Diretrizes de Plano de Carreira e um conjunto de reivindicações. A mesa nunca mais se reuniu. Isso mostra que a “negociação permanente” nada mais foi que um jogo de cena.

6- Grupo de Trabalho de Negociação Coletiva: Com a falência da MNNP e com o objetivo de dividir, ainda mais o movimento, foi criado um grupo para discutir a Negociação Coletiva no Serviço Público; reuniu, além do governo, as entidades filiadas a CUT (CONDSEF, FASUBRA – até antes do último congresso-, FENAJUFE, CNTSS, CONFETAM, PROIFES, UNAFISCO), juntamente com outras, que não são filiadas, mas que tem acordo com a política desta (sinait, sindcvm, sindreceita, unacom). As demais entidades, por defenderem a CNESF e o processo de negociação com todas as entidades e, entenderem que com a implantação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o PL 01, as negociações seriam infrutíferas, resolveram não participar deste grupo de trabalho.

Este grupo de trabalho que se reuniu em vários momentos, durante os anos de 2007 e 2008, constituiu uma nova forma de organização no serviço público, a partir da

ausência das entidades ligadas a CNESF formaram uma nova bancada sindical, com o objetivo de dirigir o movimento dos servidores públicos, ou melhor, a parcela que é dirigida pela CUT ou tem referência na mesma. Com isso, a divisão do movimento se estabeleceu definitivamente nos SPFs, o que facilitou e muito a vida do governo, pois quebrou a força do movimento.

Este conseguiu construir o SINNP- Sistema Nacional de Negociação Permanente, que não saiu do papel. A partir daí a divergência entre o movimento e o Governo deveu-se pelo fato de que, para o Governo, negociação coletiva era entendida como combinado com o projeto de restrição ao direito de greve, sendo que a greve ficaria fortemente cerceada, enquanto à negociação não se davam garantias efetivas. As entidades que assinaram o projeto de lei junto com o Governo não detem a representatividade do conjunto do serviço público. Esse item detalhamos mais no ponto a seguir.

A partir daí, com as disputas internas no Governo, e a entrada em cena do Ministério do Trabalho, não avançou um projeto consensual no Governo.

Após uma experiência nesse fórum, com a demanda apresentada pelo governo de discutir o direito de GREVE, a plenária FASUBRA, por maioria, aprovou a saída da Federação dessa grande armadilha.

7- Regulamentação do direito de greve: Mais uma vez o governo usa os trabalhadores para referendar suas políticas e na Pré Conferência de Recursos Humanos, iniciada em Recife, no mês de março, já anuncia que irá regulamentar o direito de greve. Na proposta de 2007, combatida pela greve da FASUBRA, a proposta propõe quóruns mínimos nas assembleias. O quórum mínimo colocava situações no mínimo curiosas, como a necessidade da APEOESP (Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) reunir os trabalhadores no estádio do Morumbi, para o atendimento deste quórum. Foi aprovado no Fórum Nacional do Trabalho que é preciso amarrar os limites do direito de greve, bem como determinar o que são atividades essenciais, em especial no Serviço Público. Trata-se de uma ação preventiva para o descumprimento dos acordos coletivos e o arrocho que se avizinha com a crise.

8- Criminalização das greves e lutas populares

O Governo Federal e os Governos Estaduais vem buscando criminalizar as greves e lutas populares, negando-se a negociar com trabalhadores em greve, cortando o ponto e os salários e ajuizando os conflitos, e até mesmo perseguindo, demitindo e prendendo ativistas das lutas. Diversos são os exemplos desse processo pelos estados, como a luta pela moradia, greves estaduais de professores, do metrô de Brasília, da recente greve dos trabalhadores da Unicamp, mas queremos aqui

destacar dois episódios bem vivos em nossa lembrança: a greve nacional coordenada pela FASUBRA e pelo SINASEFE, onde o Governo, após infundáveis enrolações, anunciou que não negociaria com grevistas, e desferiu ameaças e judicializou a questão, e as greves nas polícias e bombeiros em diversos estados, onde os líderes sindicais são preventivamente presos, e sumariamente expulsos das corporações.

9- Tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 369/2005 ("Reforma Sindical"). Vejamos o que está colocado neste projeto:

- O projeto afirma que "O Estado atribuirá personalidade sindical às entidades que, na forma da lei, atender a requisitos de representatividade, de participação dos representados e agregação que assegurem a compatibilidade de representação em todos os níveis da negociação coletiva". Ou seja, a PEC remete-se a lei e amarra como condicionante para que o sindicato seja reconhecido pelo Estado o fato de que deve se submeter às determinações da lei. **Assim, não existe liberdade sindical e sim uma liberdade "condicionada e atrelada" pelo Estado, destruindo então a livre organização dos trabalhadores.**
- **O Negociado prevalece sobre o legislado.** A PEC 369/2005 tem como objetivo central dar total peso à lei ordinária que regulamentará o movimento sindical esvaziando, dessa forma, a própria Constituição. O projeto afirma que a negociação tem primazia; não é por menos que o projeto altera o conceito de sindicalismo: "sindicato é aquele que negocia e vive para negociar". Segundo o projeto, o objetivo das entidades sindicais é a negociação e para isso devem se organizar. Não negamos que o papel dos sindicatos é de negociar, a questão é negociar o que? E em defesa de qual interesse?.
- **Substituição do Imposto Sindical Compulsório pelo Imposto Negocial.** Existem duas diferenças básicas nesta substituição. A primeira é a tendência ao aumento da tributação do trabalhador. Hoje se paga cerca de 3,3 % do salário de um mês, no caso do mês de março. Com o novo formato passar-se-á a pagar cerca de 13 % de um salário mensal ou 1% do salário anual. Um aumento substancial.

Mas há algo para, além disso. O dinheiro será administrado pelo CNRT (Conselho Nacional de Relações do Trabalho) que também será criado pela "reforma". Cada câmara bipartite movimentará sua parte (governo + patrões e governo + trabalhadores) e a possibilidade de utilização do dinheiro será facilitada em relação aos dias atuais. O CNRT decidirá em que poderá ser gasto o dinheiro que vem dos trabalhadores e dos empresários e as Câmaras Bipartites movimentarão os valores, de acordo com suas opções e prioridades, dentro dos critérios criados pela "Grande Câmara Tripartite" que será o CNRT. Poderão investir em fundos privados de previdência, nas ONGs, na Fundação Roberto Marinho, em Formação Profissional, em sorteios de carros no dia do trabalhador, etc.

- **Será instituído o pluralismo sindical em contrapartida do histórico debate de liberdade sindical** construído na democracia, princípio abandonado pela CUT. O que ocorrerá é que poderá haver vários sindicatos em uma única base, sem a efetiva decisão dos trabalhadores (o que já ocorreu com os professores universitários, inclusive com o incentivo do governo). Mas a dependência e a subordinação que hoje as entidades mantêm em relação ao Estado, representado principalmente na figura do Ministério do Trabalho e Emprego, darão lugar à subordinação ao CNRT, às Centrais Sindicais e até ao próprio Estado (pelas exigências do estatuto padrão). Passaremos de um sindicalismo de **Estado imposto para um modelo de sindicalismo de Estado consentido.**
- Haverá uma nítida tendência de impor uma situação de criminalização aos sindicatos. Não será admitido às entidades que não sejam reconhecidas pelo CNRT se auto-reivindicarem sindicatos. Isso será considerado uma "atividade ilegal". É claro que justificará, entre outras coisas, intervir diretamente nas entidades que incomodarem ou que não seguirem os padrões estabelecidos como "aceitáveis" pelo governo.
- Mudança do caráter das entidades sindicais: há no projeto uma tentativa de transformar sindicatos em empresas, pois se cria a possibilidade de que os sindicatos tenham uma atividade econômica. Com isso toda a ação da entidade será voltada para disputar qual a atividade econômica de maior lucratividade. As burocracias ficarão ainda maiores. É para isso que serve o FAT!

A SAIDA DOS SINDICATOS COMBATIVOS DA CUT:

Desde a entrada de Lula no poder, ampliou-se a burocratização da central, que teve a maioria de seus quadros dirigentes lotados no governo, se transformando definitivamente numa correia de transmissão das políticas de governo. Este quadro, que já se verificava nos governos municipais, contribuiu de forma definitiva para saída dos sindicatos do campo da esquerda da CUT.

A falta de mobilização, as pautas rebaixadas tal como as marchas pelo aumento do salário mínimo, que antes era o piso do DIEESE, levou ao total descrédito e ate mesmo a uma situação ridícula perante a classe trabalhadora. **Mas se a CUT morreu para a classe trabalhadora, hoje ela é um forte instrumento do aparelho de estado.**

A SAIDA DA FASUBRA DA CUT:

O último CONFASUBRA propôs a mudança dos rumos de nossa Federação, até então mera porta-voz do "Diário Oficial" repassado pela CUT à Fasubra. Assim, com um perfil mais plural, e que respeita a diversidade de orientações existentes em nossas bases e entidades filiadas, atuamos de forma independente, questionando o método de restrição do direito de greve, ou ainda atuando como ponte de interlocução para a construção de espaços unitários de discussão e ação do funcionalismo, atuando na CNESF e incidindo sobre o Fórum de Entidades de Servidores Públicos.

Mas esse processo não está concluído, e as contradições seguem incidindo na definição dos rumos de nossa categoria. A recente greve que realizamos, onde foi distribuída nota da CUT/CTB no meio da greve, chamando a suspensão da resistência e do enfrentamento, e retirando por diversos dias quase a metade das entidades de nossa greve nacional, demonstra claramente a influência que ainda é exercida. Essa mesma influência já havia sido demonstrada antes, quando o Governismo definiu atrelar a Fasubra à reeleição do PT, através do apoio incondicional à candidatura de Dilma à Presidência indicando à base a formação de Comites Pró - Dilma.

É importante ressaltar que deixamos de financiar uma Central Sindical que atua como ministério de governo contra os interesses dos trabalhadores.

É preciso irmos além, e fazer valer a definição do último confasubra, defendendo um sindicalismo plural, democrático, com o poder de decisão na base da categoria, e com real independência frente ao governo.

ALGUMAS CARACTERÍSTICAS CENTRAIS DE UM SINDICALISMO

CLASSISTA E DE LUTA

Queremos debater a construção de um sindicalismo comprometido, na palavra e na ação, com as transformações que a sociedade exige que tal ação sindical esteja orientada numa leitura da realidade, articulada a uma estratégia coerente com este objetivo. Mas, não somente isso. É preciso também uma prática cotidiana que faça do sindicato uma verdadeira *escola voltada para educação sindical e política dos trabalhadores e trabalhadoras*. Deste modo, este sindicalismo a serviço da classe deve se caracterizar e exige, entre outras coisas, o seguinte:

1- Defesa da unidade e de Sindicatos Únicos — É óbvio que o socialismo só será possível com a unidade organizativa e política dos trabalhadores e trabalhadoras. Eis porque um sindicalismo a serviço da classe como o que defendemos propõe, sem tergiversação, a organização de sindicatos únicos por ramos de atividade econômica (com abrangência geográfica diversificada, de acordo com cada caso) para unificar organicamente a luta do povo trabalhador, rompendo com a pulverização sindical. Porque somos pela liberdade de organização e pela unidade sindical dos (as) trabalhadores (as), por isso lutamos contra a estrutura sindical celetista, herdada da ditadura varguista, que pulveriza os trabalhadores, desde a base, em categorias profissionais, ao tempo em que os submete à tutela estatal. É também por isso que **recusamos e combatemos o pluralismo sindical**, que tanto os governos neoliberais e os patrões, quanto o sindicalismo social-democrata apresentam como alternativa aos sindicatos vigentes atualmente. Por isso, **nos opomos ao chamado "Sindicato Orgânico", aberto ou disfarçado, na nova embalagem, de Sindicato Nacional.**

A persistência dos sindicatos celetistas e a não construção dos ramos têm como pontos de partida, além de fatores internos:

- **A força da cultura construída pela estrutura sindical varguista**, imposta ditatorialmente ao proletariado há mais de 60 anos. Tal estrutura alimentou e complexificou o corporativismo como ideologia que está longe de ser superada no movimento sindical brasileiro, inclusive entre nós. É essa ideologia que leva as direções sindicais a trabalharem, a "sua categoria", o "seu sindicato", a "sua greve", como o mais importante de tudo, como aquilo que tem prioridade sobre tudo e sobre todos. Por aí, não se faz esforço para conquistar e hegemonizar a base, a partir da diretriz

política de unificação organizativa (isto é, num único sindicato) de todos os trabalhadores e trabalhadoras de um ramo.

- **Falta de democracia nas entidades sindicais** — sem democracia socialista nas entidades sindicais é inviável a tarefa de construção dos sindicatos únicos por ramo de atividade econômica, como impulso autônomo dos trabalhadores e trabalhadoras. Entre outras razões, por isso impõe-se combater toda manifestação e prática antidemocrática, sobretudo pelas direções sindicais. Tal prática se caracteriza, entre outros, por: desrespeito às decisões e vontade da base e dos diversos segmentos do movimento, expressos de modo democrático nas assembleias, nos congressos e em outras instâncias; fraude às listas de delegados (as), manipulação das assembleias e fóruns de deliberação para que divergências não sejam colocadas em discussão etc.
- **Aparelhismo** — combinado com a ideologia corporativista (e, muitas vezes, alimentada por ela) é fenômeno corriqueiro entre os (as) dirigentes a prática do aparelhismo. Este configura-se como a utilização (via de regra, não legitimada pelas instâncias competentes) das entidades como instrumento, como “aparelho”, a serviço de objetivos políticos individuais do (a) dirigente ou de sua facção. Ideologia e prática que passam por cima do caráter amplo, aberto e plural que necessariamente devem ter as entidades de massa, trabalhando-as como simples “correias de transmissão” dos objetivos políticos individuais de seus dirigentes ou de seu grupo — político-partidário ou não.

Assim têm sido criados e, em muitos casos desmembrados, sindicatos: em função dos caprichos políticos de determinada direção sindical. Esse expediente tem sido posto em prática por pelegos, ligados ao “sindicalismo de negócios” e sindicalistas vinculados às Centrais, inclusive integrantes de correntes de esquerda.

2) Democracia socialista — Acerca da afirmação de uma prática democrática no movimento sindical, especialmente no âmbito de suas entidades, continuam atuais resoluções do movimento que afirmam que as entidades “têm que se empenhar em ampliar e aprofundar o debate político interno, politizando as divergências e fazendo um combate sistemático ao sectarismo e à confusão entre hegemonia e maioria” A implementação de resoluções como esta dá conta de combater a prática política de muitos que, “pelo fato de circunstancialmente deterem a maioria, atropelam as minorias, as entidades e o movimento sem exercitar e sem se

preocupar em convencer (ou mesmo em vencer a discussão) da justeza de suas posições. É a política que se reduz ao simples levantar de crachás”.

De acordo com estas resoluções “conviver com as diferenças, garantindo a mais ampla liberdade de expressão” no interior das entidades é um elemento fundamental da democracia. Democracia que se associa sempre ao respeito às resoluções das instâncias de decisão e à unidade de ação em torno delas, através do encaminhamento efetivo das decisões políticas.

Outro elemento essencial da democracia é a ampla e livre circulação da informação no interior da entidade. Uma diretoria que não cuida de informar com regularidade e amplitude à base, que distribui informação segundo a proximidade política dos diversos segmentos do ramo ou da categoria, é uma diretoria que manipula e se utiliza deste elemento como uma forma golpista de exercício de poder. Enfim, sem ampla informação não se constrói organismos dirigentes eficazes, fortes, plurais e democráticos.

Pontuamos, a seguir, alguns elementos fundamentais para funcionamento democrático das entidades, segundo uma ótica transformadora e socialista, em nosso país:

a) Direção Colegiada — Sustentamos que a forma mais **democrática e** transparente de exercer a direção sindical é através do sistema colegiado de diretoria. Tornar prática cotidiana nas entidades o exercício da diretoria sindical colegiada é, ademais, uma forma de avançar no rompimento com a estrutura verticalista de exercício do poder; característica que a atual estrutura sindical adotou, porque típica do sistema capitalista.

Desnecessário dizer, que o mecanismo de direção colegiada supõe a subordinação da vontade coletiva da diretoria à vontade coletiva da categoria, que (é importante reafirmar sempre) é soberana em suas deliberações (assembléias, congressos, eleições, plebiscitos etc.).

b) Participação das bases na direção — A superação do verticalismo, do caciquismo e do cupulismo deve passar necessariamente pelo estabelecimento de mecanismos que favoreçam à participação, de fato e de direito, das bases organizadas nos rumos da entidade.

c) Proporcionalidade nas eleições sindicais, entre lutadores (as) sociais, podendo ser buscadas diferentes formas de aferição de força: convenção, congresso ou eleições diretas na base.

d) Realização periódica, de Congressos de Ramo ou da categoria representada pela entidade, como instância máxima de deliberação, sempre

precedidos de diversificada e ampla divulgação dos objetivos, pauta, condições de participação no Congresso, em que seja efetivada a mais ampla participação das bases, em que seja favorecida expressão real dos diversos matizes políticos e ideológicos presentes na base e onde sejam favorecidos o aprofundamento dos debates e o exame atento e em profundidade dos assuntos em deliberação.

Um instrumento complementar importante da democracia socialista que defendemos e do necessário e constante processo de consulta da direção às bases é a realização de plebiscito.

e) Ação massiva — Isto é, atividade voltada para abarcar a massa dos (as) representados (as), procurando transformar o sindicato em representante das aspirações e anseios de todos (as) os (as) trabalhadores (as) do ramo ou da categoria. Isso independentemente de vinculações funcionais, ideológicas e religiosas, os trabalhadores têm interesses comuns e concretos que são a base da solidariedade e da luta unitária contra o mesmo inimigo.

3) Organização pela base — Em nossa concepção, a organização sindical de base é o elo mais importante de ligação das organizações com os trabalhadores (as), a partir de seus locais de trabalho. É através da organização de base que as entidades sindicais e suas direções podem sentir com fidelidade o pulsar do chão dos locais de trabalho. No sentido inverso, na ação das organizações de base é possível fazer com que as resoluções, planos de lutas e campanhas tiradas nas instâncias nacionais do movimento sindical, possam sair do papel e dos espaços de deliberação para as fábricas e para as ruas.

4) Politização da ação sindical — Para avançar no trabalho sindical numa perspectiva revolucionária há que se superar *duas concepções*, que, embora com os sinais trocados, contribuem para a despolitização do movimento sindical. A primeira, ainda que parta do correto pressuposto de que as entidades sindicais são, em primeira instância, “corretoras do preço da força de trabalho” dos segmentos que representam, peca por não perceber que o horizonte dos sindicatos está longe de se situar dentro de limites tão estreitos. É falsa a concepção de que a luta política leva necessariamente à partidarização das entidades. Aliás, são as classes dominantes e seus aliados no movimento sindical, que se esforçam para difundir a tese “*sindicalismo se faz nos sindicatos e política no parlamento*”, como desculpa para justificar a repressão que exercem sobre o movimento sindical.

O próprio fato de que a melhoria salarial e econômica dos trabalhadores (as) passe, via de regra, por decisões políticas, é suficiente para demonstrar a inexistência de um muro intransponível entre a ação sindical e a política.

A propósito, é a pretexto de uma suposta prática sindical *higienizada* de “partidarismos” e da “política”, que o “sindicalismo de negócios”, exercitado na sua forma mais aberta pela Força Sindical, não raro, toma o partido do capital, do governo e das medidas neoliberais, defendendo teses como a da parceria patrão/empregado e da identidade de interesses entre o capital e o trabalho.

5) Direção sindical socialista — É indiscutível que os tempos atuais exigem sindicatos cada vez mais fortes, amplos, enraizados na base e dirigidos com eficiência e em bases profissionais. Estas são condições, entre outras, para que possam atender os anseios das bases.

Para ajudar a romper com essa situação e colocar de fato a máquina sindical a serviço dos interesses reais da base e da luta, algumas medidas se impõem:

- 1- Explicitar, sempre, de modo amplo e intenso junto à base, o programa e os objetivos que propomos para a categoria. Sem prejuízo do caráter continuado desse esforço, constituem-se momentos especiais desse trabalho, as campanhas eleitorais e os processos preparatórios das grandes campanhas e lutas das entidades;
- 2- Abrir para toda a base o debate da condução do sindicato, constituindo e mantendo azeitados os canais de participação desta no controle do sindicato no dia a dia;
- 3- Planejar o trabalho da direção, sempre com ampla participação dos (as) ativistas e da base, onde estejam perfeitamente delimitadas: as metas, as tarefas, os meios, os recursos, as formas de efetivar, os prazos e os respectivos responsáveis. No quadro de tal Planejamento, merecem lugar privilegiado o trabalho de organização de base, a permanente ligação da direção com o cotidiano do chão dos locais de trabalho, as atividades de formação política, a comunicação, o trabalho cultural e esportivo, a inserção da entidade na luta geral da região e do país etc;
- 4- Definir uma política explícita de sustentação da entidade, livre dos esquemas estatais e das chamadas contribuições compulsórias;
- 5- Garantir formas de relação estável, constante, politizada e organização do sindicato com as lutas e entidades representativas de outros segmentos explorados e oprimidos da sociedade;
- 6- Radicalizar em mecanismos de transparência e profissionalização da Gestão dos recursos materiais e financeiros da entidade, bem como no que concerne às ações na área de comunicação, saúde e cultura;

- 7- Considerar que o corpo de empregados da entidade deve estar a serviço da luta, a serviço do movimento; o que requer, como contrapartida e pré-requisito, um coletivo de trabalhadores (as) formados (as) politicamente, portador de espírito militante e adequadamente remunerado;
- 8- Incansável e politizado combate ao assistencialismo no sindicato, inclusive no terreno jurídico;
- 9- Permanente trabalho de desburocratização do funcionamento da "máquina" e das diversas ações fins da entidade;
- 10- Trabalho sistemático de liberação da diretoria da entidade das ações burocráticas para as atividades de direção política;
- 11- Eleição do Conselho Fiscal separado da diretoria;
- 12- Trabalhar de tal modo a garantir a rotatividade dos/das dirigentes sindicais no exercício dos cargos de direção da entidade e um organizado e constante processo de renovação dos (as) dirigentes;
- 13- Adoção do quorum mínimo de trabalhadores e trabalhadoras nas assembleias que deliberem sobre a venda de patrimônio, alteração dos estatutos e aprovação de convenções ou acordos coletivos de trabalho;
- 14- Instituição de Comissão de Ética nos sindicatos, com integrantes eleitos (as) separadamente da diretoria.

VIII- RAÇA E CLASSE

"Enquanto a cor da pele for mais importante que o brilho dos olhos, haverá guerra"

Bob Marley

OUTRA EDUCAÇÃO É POSSÍVEL. UM OLHAR NEGRO NA EDUCAÇÃO A GLOBALIZAÇÃO E A COR DA EXCLUSÃO

Em oposição a um projeto de classe trabalhadora, respeitando a diversidade étnico-cultural existente em nosso país, temos de nos enfrentar com um projeto diferente nas elites na questão étnico-racial, projeto esse que é opressor e mantenedor da segregação social existente na sociedade e no Estado brasileiro. Por isso estamos num esforço atualizando o debate da discussão étnico-racial-cultural, combinando raça e classe, pois entendemos ser este o divisor com as elites dominantes.

O discurso das elites para manter a segregação e a exploração busca argumentos como a ausência de raças, ignorando por completo a construção social que

estabeleceu o modelo de exploração e de discriminação que nos confrontamos diariamente, a ausência de uma cultura negra, ou a existência de condições de igualdade no modelo hoje vigente, numa hipocrisia que busca esconder dados que estão aos olhos de todos, nas ruas, locais de trabalho, meios de comunicação, enfim, por toda a parte. Listamos alguns aspectos a seguir:

2- Mercado de trabalho

A combinação do racismo com a exploração capitalista faz da situação de negros, negras e afrodescendentes algo particularmente terrível. Apenas como exemplo, basta citar o resultado da pesquisa Relação Anual de Informação Social, publicada pelo Ministério do Trabalho, em 2009. Segundo o levantamento, enquanto a média salarial das mulheres negras é R\$ 790 mensais, a dos homens brancos chega a R\$ 1.671,00. A razão desta enorme diferença é "simples": mulheres negras tem menos escolaridade, são obrigadas a assumir os piores postos de trabalho e geralmente submetidas à precarização e à informalidade (principalmente nos chamados serviços domésticos, onde se calcula que dos 8 milhões de trabalhadoras, apenas 2 milhões tenham carteira assinada).

Cabe lembrar que, segundo uma outra pesquisa, esta realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2008, demonstrou que, no passo em que estamos, seriam precisos 32 anos para que os salários de brancos e negros fossem igualados. Até lá, e se este dia chegar, espera-se que negros continuem sendo 80% dos mais empobrecidos e os brancos encontrem-se entre os 80% mais ricos, como a mesma pesquisa demonstrou.

Dados do Dieese demonstram que nas principais regiões metropolitanas do país, a maior parte dos desempregados são negros, e esse relação só tende a piorar com o agravamento da crise econômica, a informalização dos postos de trabalho, e o aumento do nível de exploração da mão-de-obra. Dentre o enorme contingente de miseráveis, negros e negras representam cerca de 2/3 dos pobres e indigentes. Particularmente no que se refere ao corte de direitos, mais uma vez, a situação é particularmente grave entre negros e negras, marcados historicamente pela escravidão e a falta de políticas que visassem sua inserção na sociedade. Os processos de privatização e de concessão de serviços públicos agravam a situação, na medida em que o quesito "aparência", que não pode haver no setor público, aparece sempre no setor privado, por diversas vezes de forma totalmente explícita. Se compararmos o percentual de negros em instituições bancárias públicas e privadas, constata-se a brutal disparidade. E isso reflete-se nos mais diversos segmentos, por exemplo, quantos comissários de bordo negros você conhece?

3- Educação

A trágica situação do ensino no país também merece ser observada sob a ótica do racismo e suas nefastas consequências. Se a comparação do nível de escolaridade entre brasileiros, argentinos, chilenos e sul-coreanos já é alarmante, ela se torna escabrosa, quando vista sob um corte de raça. A precarização do ensino público e as diferenças sociais/financeiras entre negros e brancos resulta na maior dificuldade dos negros poderem se manter por um longo período na rede escolar, bem como, quando conseguem permanecer, o fazem sob maiores dificuldades, como os escassos recursos didáticos, e ausência de políticas de assistência/permanência. Essa desigualdade tem significativos impactos tanto no rendimento escolar, quanto nas taxas de evasão dos estabelecimentos de ensino.

A recente polêmica quanto as cotas raciais, tanto no Estatuto da Igualdade Racial como na ação do DEM no STF contra as cotas, e que desenvolveremos mais adiante nesse texto, demonstram o quanto esse modelo de exclusão na educação é fundamental na manutenção da exploração sobre o povo negro.

Esta situação, evidentemente, estende para a universidade. Exemplo extremado da elitização do ensino superior no Brasil, a USP tem menos de 1% de negros e negras entre os seus mais de 50 mil alunos, com denúncias de racismo, como nos recentes casos de enfrentamento com a PM, que nunca acabam sendo apurados. Contudo, a USP, do ponto de vista racial, está longe de ser uma exceção do sistema. Mesmo nas federais as marcas do racismo se fazem muitíssimo presentes.

Em primeiro lugar, devemos lembrar que além, de negros e negras formarem apenas cerca de 2% da população universitária brasileira, em grande maioria estão localizados nas escolas pagas, as quais, diga-se de passagem, geralmente apresentam uma qualidade de ensino muito inferior às instituições públicas, o que acaba servindo para manter o abismo social entre negros e brancos.

Tomando agora a discussão das IFES, temos que apontar diversos aspectos, como o fato dos negros estarem principalmente localizados em cursos que – por mais prazerosos e fundamentais que sejam do ponto de vista da formação intelectual, cultural, humana e, inclusive, profissional -, muito provavelmente, não farão com que sua entrada no mercado de trabalho mude significativamente o quadro das diferenças salariais e sociais. Da mesma forma, as estruturas curriculares na graduação não se voltam para as necessidades do povo negro, sequer no atendimento da lei 10639, nem tampouco as linhas de pesquisa da pós-graduação.

4- Violência racial

Sabemos que, no Brasil, a violência tem classe e região: As maiores vítimas são os trabalhadores pobres das regiões periféricas, ameaçados pela criminalidade e também pela ação policial, como vimos no recente episódio do Pinheirinho, em SP. Como também sabemos que esta violência tem cor, o que explica a taxa de mortalidade de negros por tiros ser quase o triplo da taxa em brancos.

Ainda de acordo com a pesquisa, é a juventude das periferias que sofrem ainda mais com essa situação entre as pessoas com menor grau de escolaridade (básico incompleto). Patrocinadas por criminosos, policiais e justiceiros (que, evidentemente, se confundem, já que muitos são aqueles que atuam em todas estas "frentes"), as chacinas, segundo estudos vitimam preferencialmente jovens negros de 15 a 25 anos. Cerca de 75% dos mortos encontram-se neste grupo. Analisando 4.179 casos de tiroteio seguidos de morte, ocorridos em S. Paulo e registrados em um banco de dados o jornalista Caco Barcelos, depois de 2 anos de trabalho, chegou ao perfil dos assassinados: "homem jovem, 20 anos. Negro ou pardo. Imigrante baiano. Pobre. Trabalhador sem especialização. Renda inferior a 100 dólares mensais. Morados da periferia da cidade. Baixa instrução, primeiro grau incompleto".

Além disso, a violência institucional é parte efetiva do cotidiano de negros e negras brasileiros. Se não basta-se a "perseguição" que sofrem por parte dos seguranças no comércio e no lazer, a humilhação constante nas portas dos bancos que insistem em "travar" a depender do tom de pele das pessoas, o sistema judiciário e policial é escandalosamente racista.

5- Cultura

Da mesma forma que rechaçamos a elitização e monopolização mercantil da cultura, também repudiamos veemente toda e qualquer tentativa de desqualificação das manifestações culturais populares. Particularmente neste aspecto, denunciemos os permanentes ataques movidos contra a cultura negra nas suas mais diversas formas. Em uma sociedade que estabeleceu o "embranquecimento" como padrão de sucesso (como também de beleza, decência, etc.) este ataque começa com uma acintosa exclusão de negros e negras dos principais veículos de comunicação de massa (algo que só tem, sido atenuado nos últimos anos a partir da atuação do movimento negro) e estende-se até à demonização da cultura religiosa afro-brasileira.

6- Mulheres Negras

Atualmente, numa sociedade em que a maioria da população não tem acesso a uma vida digna, percebe-se que a mulher negra está na base da pirâmide social, com os piores salários, as colocações menos prestigiadas e sofrendo violências de toda ordem, inclusive física e sexual.

A mulher negra sofre uma dupla opressão, pois ao mesmo tempo em que ela tem que conviver com a dominação masculina, luta ainda contra o racismo que exclui a população negra em geral, mas com maior força a mulher negra, que sofre uma "exclusão dupla".

7- Gays e Lésbicas

A ideologia anti-homossexual que permeia a toda a sociedade não deixa de ser uma realidade dentro da população e do próprio movimento negro. Diante disso, reconhecemos a especificidade da luta dos gays e lésbicas que, por serem negros, sofrem com uma "dupla" opressão e, pautado no programa específico para os homossexuais, defendem sua mais ampla liberdade de expressão e organização.

8- Saúde

Defendemos o tratamento adequado e uma especial atenção às questões saúde que se combinam com o fator raça. (Particularmente a anemia falciforme, a hipertensão, a leucopenia e as miamatoses).

9- Comunidades Quilombolas

Apesar de previsões legais, a titulação de terras quilombolas ainda é muito pequena, e duramente atacada, como na discussão do estatuto da Igualdade Racial. Pouquíssimo foi feito a este respeito. Denunciamos a hipocrisia da burguesia e defendemos a posse e o direito de propriedade coletiva dessas terras por parte dos negros e negras descendentes dos quilombolas.

Estatuto da Igualdade Racial - Lei 12288/10

Após uma longa batalha pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, não nos somamos ao entusiasmo dos que o apresentam como a solução das desigualdades. O texto não representa as reivindicações históricas do povo negro. O estatuto, durante o tempo em que tramitou no Congresso, sofreu ataques da direita e de setores burgueses até ser aprovado totalmente diferente do projeto original, mostrando o cinismo e a perversidade da burguesia racista, herdeira econômica, política e culturalmente dos escravocratas, que pretende continuar mantendo a exploração, a opressão e a humilhação da população negra.

Nossa expectativa era de que o Estatuto da Igualdade Racial fosse um instrumento que de fato contribuísse para enfrentar a discriminação racial. E que também estabelecesse políticas de ações afirmativas para garantir os direitos essenciais dos afrodescendentes vitimados pelo processo histórico de escravidão. No entanto o acordo celebrado entre o Governo e os representantes do agronegócio e ruralistas, resultou num produto bem diferente do que o almejado pelo movimento negro organizado, impulsionado pela "Marcha Zumbi dos Palmares", em novembro de 1995,

ocasião em que cerca de 30 mil negros e negras tomaram Brasília para apresentar as reivindicações.

O estatuto aprovado suprimiu pontos importantes como as cotas para negros nas universidades públicas, e cotas raciais nos programas da tv/cinema. Da mesma forma, foram suprimidas as cotas do mercado de trabalho, assim como o percentual de cotas reservadas à participação de negros em partidos políticos. Outro aspecto importante excluído do texto original foi o que tratava da regularização de terras para remanescentes de quilombos, um erro muito grave. A retirada deste tema não considera os quilombolas como proprietários de territórios historicamente ocupados, como forma de sobrevivência física e cultural desta população.

Há ainda neste estatuto erros graves do ponto de vista conceitual, a exemplo da retirada das categorias raça, escravidão e identidade negra. No que se refere a raça, o argumento utilizado enfatiza que do ponto de vista genético as raças não existem. No entanto, como conceito social, esta categoria ganhou um novo significado através do movimento negro e por intelectuais de várias áreas de conhecimento. O sentido é o de deixar clara a hierarquização da sociedade brasileira, na qual os grupos étnicos foram e são marcados por profundas desigualdades e discriminações. Na mesma direção, foi rejeitado o termo escravidão, pois ele foi considerado como tradicional e inadequado, pois se trata de algo do passado. Como a sociedade brasileira está em transição, emergindo para uma sociedade democrática, com propostas de ações afirmativas que visam acabar com as desigualdades sociais, "escravidão" não seria o termo mais adequado. A escravidão do negro no Brasil durou quase quatrocentos anos, o que constitui uma prolongada experiência histórica que até hoje deixa marcas profundas nessa população.

Entre os aspectos que se mantiveram no texto após a profunda transformação/descharacterização do mesmo, o texto diz que o poder público terá programas e medidas específicos para reduzir a desigualdade racial; ressalta as religiões africanas; transforma a capoeira em esporte; estimula ações das financeiras para viabilizar moradia para os negros; e cria o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Sinapir), que lida com medidas para essa população.

Para o antropólogo Kabengele Munanga, professor da USP (Universidade de São Paulo), a ausência das cotas desfigura o estatuto. "O documento foi praticamente desfigurado. O fato de reconhecerem que há preconceito no Brasil e que algo precisa ser feito já é alguma coisa. Mas o texto não contempla a expectativa da população

negra...” Munanga compara o estatuto da igualdade racial ao documento assinado em 1888 pela princesa Isabel. “É como a Lei Áurea. Acabou a escravidão, mas a situação continuou a mesma. O destino do negro foi uma marginalização igual à que sofria quando cativo. Em um plano formal é isso no estatuto: não há nenhum mecanismo claro de combate à desigualdade entre brancos e negros”.

Não restam dúvidas que o Estado brasileiro tem uma dívida histórica com o povo negro. O estatuto seria uma forma de buscar assegurar direitos políticos, econômicos, sociais e culturais desta população, através de uma política de ações afirmativas que dessem conta das demandas históricas.

Precisamos desfazer as ilusões e recomeçar a luta, chamando as organizações do movimento negro a se manifestarem contra os limites impostos, e construir na luta e na mobilização um novo Estatuto, que reintroduza os pontos que foram suprimidos do texto aprovado.

COTAS SOCIAIS E RACIAIS JÁ

Temos ao longo dos últimos anos debatido na Fasubra que o processo de democratização do acesso as universidades públicas federais se encontra em um panorama nada otimista sobre as ações que devem ser tomadas no sentido de verdadeiramente inserir a discursão seriamente no seio da sociedade brasileira. E a forma polida que este governo tratou este assunto, nos tem tornado refém das ações do DEM, tanto na supressão dessa temática do âmbito do Estatuto da Igualdade Racial, como na dependência da definição a ser tomada no STF quanto à ADPF (Ação por Descumprimento de Preceito Fundamental) de número 186, movida pelo DEM contra as cotas. E com limites equivalentes, encontra-se o debate de assistência e permanência estudantil para os cotistas, com vistas a assegurar condições mínimas para o salutar desenvolvimento dos cursos.

A elite Brasileira quer manter a universidade sobre seu controle absoluto e para manter este espaço de produção do conhecimento para si, desqualifica a discussão histórica que embasa com propriedade a fundamentação dos que defendem que a universidade pública é um espaço democrático, mantida principalmente por este contingente populacional que é comprovadamente maioria da população brasileira. Queremos fazer uma profunda discussão de como foi e é cruel o processo de inclusão do negro na sociedade brasileira, debatendo concretamente a criação de um conjunto de políticas públicas, que permita não somente o acesso a universidade, mas a saúde atendendo as especificidades étnicas, ao emprego, a habitação, lazer, cultura e tudo mais que permita que esta inclusão aconteça.

Parte da luta pela construção de políticas afirmativas foi a implantação das cotas, primeiramente na UERJ, tendo na UnB a primeira Universidade Federal a adotar esse critério para a definição do acesso à instituição. Tal medida passou a se disseminar em outras instituições públicas de ensino superior, que se utilizaram da autonomia universitária para fazer a previsão de cotas sociais e/ou raciais, ainda que sem adotar uma correlação direta com os dados do IBGE sobre a composição da população por região do país. Em contraposição a esse avanço em políticas públicas de inclusão social, estabeleceu-se no congresso nacional um processo de resistência contra o Estatuto da Igualdade Racial e as cotas, encabeçado pelo DEM. A ausência de uma política ofensiva, permitiu a reação daqueles que sempre foram contra ao processo de democratização e inclusão nas universidades públicas.

Nesse ano teremos a votação das cotas no STF. A Fasubra colocou corretamente a discussão das cotas como uma das prioridades na luta contra a discriminação racial, promovendo uma campanha que passou por materiais impressos e debates, e precisamos ir agora além, buscando uma maior articulação com outras entidades e organizações da comunidade universitária e sociedade civil, para que essa campanha ganhe dimensão e potencial de mobilização de amplas camadas. Nossa tarefa enquanto trabalhador em educação é defender intransigentemente um projeto de educação pública realmente inclusivo, com o estabelecimento de cotas sociais e raciais, com os investimentos necessários nas universidades públicas, com expansão de vagas, abertura de cursos noturnos e ampliação da força de trabalho dos corpo técnico-administrativo e docente, e política de assistência e permanência estudantil satisfatórios.

OUTRA EDUCAÇÃO É POSSÍVEL - UM OLHAR NEGRO NA EDUCAÇÃO

Entendemos ser fundamental que a FASUBRA invista no debate de superestrutura e na base sobre um projeto educacional que vise a inclusão da história da África Negra nos currículos escolares, que busque introduzir o conhecimento histórico popular sobre o povo afrodescendente no Brasil, que recupere a autoestima de nosso povo e que demonstre para a sociedade que os livros pedagógicos praticam o racismo. Apesar da aprovação da Lei 10639/03, que inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", ainda enfrentamos pesados obstáculos para a sua efetivação, como a ausência de currículos nas licenciaturas que apoiem essa definição, ou materiais didáticos adequados.

Como se sabe, não só a Constituição de 1988 proíbe explicitamente qualquer discriminação por raça, como também o Brasil foi um dos primeiros signatários, em 1958, da convenção de 111 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, em tese, obriga o país a legislar e adotar políticas para impedir “as discriminações ou de tratamento no mercado de trabalho por razões de raça, sexo e religião”. No entanto, como qualquer número pode demonstrar isso nunca foi respeitado.

Lutar pela implementação da lei 10639/2003 que obriga a inclusão no currículo das escolas da matéria história e cultura afro-brasileira, com o estabelecimento de medidas objetivas que a viabilizem, como o debate curricular e a rediscussão do material didático.

A FASUBRA deve encarar a luta contra o racismo como uma batalha onde se mesclam tanto questões específicas à RAÇA, quanto outras que se referem à CLASSE operária como um todo.

A FASUBRA pode e deve ser um importante instrumento na luta dos Negros e Negras – que se encontram dentro e fora do mercado de trabalho – contra o racismo. Mas para tal deve reafirmar que esta luta deve ser travada não só contra a opressão e discriminação racial, mas também contra a exploração capitalista e a burguesia que se alimentam e se beneficiam com esta opressão.

Propomos que a FASUBRA defenda as seguintes bandeiras de combate ao racismo.

- A FASUBRA lutará contra todas as expressões de racismos e discriminação racial, denunciando e exigindo a severa punição dos indivíduos, organizações e entidades que a pratiquem.
- A FASUBRA condena e não permitirá a existência de racismo em suas próprias fileiras. Qualquer denúncia neste sentido deverá ser imediatamente conduzida a comissão de ética, que formaremos, com o infrator sendo imediatamente afastado da direção (se integrá-la) para a apuração.
- A FASUBRA denunciará todo aquele que obstrua a entrada de negros no mercado de trabalho, dificulte sua ascensão e promoção profissional, e estabeleça critérios de remuneração diferenciada ou se omita diante de manifestações racistas dentro das universidades.
- A FASUBRA lutará por uma completa modificação na estrutura educacional brasileira (primária, secundária e universitária) que vise eliminação de todos os traços racistas, discriminatórios e estereotipados em relação a população negra. Para tal, propõe a realização de um amplo debate com a comunidade universitária para definir as melhores formas de ação imediata.

Programa de Reivindicações – Construindo cláusulas para defender num sistema de negociação coletiva

Ainda vivemos um período em que, mesmo com os avanços que acumulamos na discussão racial, as medidas concretas ficam restritas a pequenos grupos nos sindicatos para serem encaminhadas, isso quando temos GT's ou espaços similares para essa discussão. É preciso ir além, compreender a significância da luta contra a discriminação racial significa incorporá-la em múltiplos aspectos, e enquanto tarefa do conjunto dos militantes dos sindicatos e da FASUBRA. Assim, refletindo o debate que estamos desenvolvendo com diversos militantes, e buscando uma construção coletiva da FASUBRA para intensificar iniciativas, apresentamos um conjunto de questões que consideramos significativas para balisar iniciativas que coloquem concretamente, no dia-a-dia, a importância da luta contra a discriminação racial.

CLÁUSULAS CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

- Igualdade de oportunidades no acesso à relação de emprego e sua manutenção independente de raça ou cor.
- Igualdade de condições de trabalho e progressão funcional independente de raça ou etnia.
- Campanhas de conscientização e orientação a gerentes e chefias no sentido de prevenir práticas discriminatórias.
- Apuração dos casos de discriminação racial denunciados às IES, ocorridos no seu âmbito ou que tenham sido praticados contra os servidores no cumprimento das suas atividades.

Estabelecimento de cotas raciais, na proporção dos dados regionais do IBGE, para a composição de comissões como saúde do trabalhador, ou de ética no serviço público. Preservação da autonomia de conselho que apure casos de discriminação no ambiente de trabalho.

CLÁUSULAS PARA A ISONOMIA SALARIAL

- Cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Graduação pelos trabalhadores das IES.
- Cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Pós-Graduação (mestrado/doutorado) pelos trabalhadores das IES.

- Cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Cursos de Especialização pelos trabalhadores da IES.
- Cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Cursos de Capacitação.
-
- Cotas raciais, em conformidade com dados IBGE, para ocupação de cargos de direção ou chefia, CD's e FG's.

CLÁUSULAS PARA AÇÕES AFIRMATIVAS

- Realização de censo para determinar a composição racial e étnica dos trabalhadores.
- Atenção à proporção de afro-descendentes na destinação de vagas em creches, moradias estudantis ou funcionais, bolsas / estágios, e demais itens que se adequarem.
- Cotas raciais, em conformidade com dados do IBGE, para o acesso ao serviço público.
- Em caso de empate em processo seletivo interno para cargos em que estiverem concorrendo mulheres e negros, estes trabalhadores terão acrescidos dois pontos ao total obtido na avaliação.
- Estabelecimento de cotas raciais, na proporção dos dados regionais do IBGE, para a composição de órgãos colegiados nas Universidades.

CLÁUSULAS PARA A SAÚDE DO TRABALHADOR

- Política de assistência a saúde do trabalhador que contemple as especificidades da população negra.
- Inclusão do exame de anemia falciforme nos exames médicos periódicos para trabalhadores negros.
- Promoção de campanha de prevenção de hipertensão arterial, com atenção às especificidades dos trabalhadores negros.

CLÁUSULAS PARA O COMPROMISSO SOCIAL DAS IES

- Reforma curricular nas licenciaturas, para viabilizar a lei 10639/03
- Cotas sociais e raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Graduação
- Cotas sociais e raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Pós-Graduação

- Cotas sociais e raciais, em conformidade com dados IBGE, para acesso à Cursos de Especialização
- Incentivo a linhas de pesquisa de interesse da população negra.

IX - TERCEIRIZAÇÃO – O DESMONTE DO ESTADO E DO SERVIÇO PÚBLICO

**“Queremos um mundo onde caibam todos os mundos”
Zapatistas**

A “terceirização” é definida segundo suas características gerais, seja como privatização, concessão, parceria ou contratação de serviços. A questão também é vista segundo o tratamento jurídico dado pelo direito privado e pelo direito administrativo.

Para evitar quaisquer discussões paralelas cingidas ao estritamente jurídico, o termo utilizado por nós tem quatro características:

- a) Terceirização é a forma encontrada pelo Estado para passar ao setor privado as atividades que antes exercia – em áreas nas quais competia (ou não) com o setor privado –, seja por meio da transferência de empresas que exercem atividades econômicas (do tipo: energia elétrica, gás, telefonia, armazéns, companhia de seguro, etc.), seja por meio da venda de ativos, imóveis; etc. Trata-se, na realidade, de privatização;
- b) Terceirização como forma de prestação de serviços públicos, em atividades nas quais o poder público detém a titularidade, mas cuja execução tem sido delegada a empresas particulares (como, por exemplo, na área de saneamento e energia). A delegação é feita via concessão. Se o governo federal não pode conceder as áreas nas quais o Estado tem exclusividade de ação, *como o poder de polícia*, acaba passando ao setor privado parte dos seus deveres: educação, saúde e segurança;
- c) Terceirização é também a forma encontrada pelo governo para estabelecer parcerias do Estado com a iniciativa privada via convênios e contratos de administração ou gerenciamento;
- d) Por fim, a terceirização pode ser entendida ainda como a forma que o governo encontrou para contratar serviços (grosso modo, mais caros) que o auxiliem no gerenciamento da máquina estatal: terceiriza as atividades instrumentais indispensáveis ao funcionamento das instituições públicas, como os serviços de limpeza, transportes, vigilância, alimentação hospitalar e de presos, dentre outros.

Dessa forma, temos um conjunto de medidas que visam diminuir o papel social do Estado, bem como abrir novos horizontes para a exploração e a acumulação por parte do capital.

Diversos escândalos que sacudiram 2011 e promoveram quedas no primeiro escalão do Governo Federal deveu-se à transferência das obrigações das funções públicas do Estado para a iniciativa privada, entidades "sem" fins lucrativos, em transferências diretas e sem licitação. Infiltrado na máquina pública, o terceiro setor transformou-se em braço privado do Estado. As ONGs dominam, por exemplo, a prestação de serviços aos índios, população sob a tutela da União. A área indígena não é a única onde as ONGs executam tarefas exclusivas de Estado. O Governo ao longo da última década tem intensificado os gastos com os terceirizados, além da iniciativa privada se apoiar nesse expediente para "enfrentar a crise", resultando numa precarização crescente das relações de trabalho, e aumento significativo da exploração da mão-de-obra.

A terceirização vem sendo gradativamente implantada aqui no Brasil, desde a década de 1950, com a chegada das primeiras empresas multinacionais principalmente a do setor automobilístico. Dessa época até o final da década de 1980 a terceirização vinha sendo aplicada principalmente para reduzir custos com mão-de-obra. As empresas utilizavam-se desse recurso simplesmente para obter alguma vantagem econômica (explorando os trabalhadores) em atividades consideradas pouco significativas, não sendo central a preocupação com ganho de qualidade, eficiência, especialização, eficácia e produtividade. Ao longo dos anos, outros aspectos cresceram em relevância na terceirização, como a fragmentação do mundo do trabalho, seja na organização sindical, ou, em outro aspecto que cresce em relevância, a alienação do trabalho, onde o trabalhador tem suprimida a possibilidade de domínio dos processos de produção, pelo efeito da compartimentalização desses, por vezes não apenas entre distintas unidades ou empresas, mas até mesmo por distintos países, aumentando a dependência tecnológica de nosso país.

O governo chegou ao cúmulo de terceirização a merenda escolar. O novo modelo de gestão ganha adeptos de ordem que o Ministério Público investiga a contratação de empresas. Não há normas para a terceirização, que é um dos modelos de gestão da merenda. Essa terceirização além de ser um processo mais caro, ignora que a alimentação escolar é parte indissociável de um projeto

pedagógico de tempo integral e de tempo parcial. Além do mais as empresas privadas não têm comprometimento com o atendimento alimentar das crianças, mas com o lucro! E mais ainda, neste caso há uma ilegalidade clara posto que os recursos do FNDE devem ser usados para pagamento de gêneros alimentícios, jamais para pagar serviços.

A farsa da “competência das empresas privadas”

O país ainda assiste à massiva propaganda em favor da iniciativa privada quanto à terceirização, os arautos do governo admitem que as empresas privadas sejam mais eficientes ou que podem investir mais, e essa campanha ganha maior fôlego com a política dos mega-eventos, justificando-se assim, por exemplo, a entrega de estádios, ou a entrega dos aeroportos, e ainda não satisfeitos, estabelecendo cláusula em edital que exige grupos internacionais nos conglomerados que vão assumir a gestão dos aeroportos.

Assim foram justificadas as privatizações de diversos setores estatais na era FHC, assim foram defendidas as PPPs, eufemismo de privatização do governo Lula, e assim assistimos na era Dilma a entrega de bacias de petróleo e aeroportos, dentre outros. A ideologia neoliberal diante de mais uma crise cíclica do capitalismo mundial é desmentida de forma categórica. Por exemplo, o apagão do sistema elétrico no governo FHC foi produto da falta de investimentos das empresas privadas e não incompetência do Estado. Os três meses iniciais de lucros da CVRD valem mais que o preço pago na privatização, ou seja, não era a incompetência do Estado para gerir a estatal, mas os objetivos escusos e o seu compromisso dos altos escalões do governo federal com a iniciativa privada foram o móbil da privatização.

A rigor, as privatizações / PPPs não revelam uma maior eficiência, mas apenas maiores lucros para as empresas privadas, mais verbas destas empresas para os partidos majoritários e mais desastres para a população.

Os danos causados pela terceirização

Uma razão a fundamentar a terceirização seria a necessidade de redução de custos: diminuição da burocracia no serviço público. Resultado: a burocracia de fato minguou, mas a qualidade do serviço piorou, principalmente em razão da constante rotatividade da mão-de-obra. Quem são os grandes interessados na terceirização? Os empresários que enriqueceram com a privatização dos diversos setores onde o governo atuava sem concorrência. Em geral esses empresários ou são pessoas influentes ou testas-de-ferro de multinacionais. A totalidade dos empresários dos serviços terceirizados

está preocupada apenas com o lucro rápido, e não está nem aí para a segurança das pessoas contratadas para executar seus serviços.

Os capitalistas contratam empregados sem fornecer a eles o necessário treinamento, sem levar em consideração o seu padrão de vida e o seu grau de instrução, e pagam baixos salários. Como vem agindo o capitalista terceirizado coloca em risco não apenas a integridade física e moral das pessoas contratadas, como também seus clientes.

A análise da política do Banco Mundial para a América latina, notadamente para o Brasil, nos ajuda a situar e compreender o que vem ocorrendo com a Reforma do Estado: a) Delimitação do tamanho do Estado, reduzindo suas funções via privatização e terceirização, que envolve inclusive a criação das "organizações sociais". b) Redefinição do papel regulador do Estado através da desregulamentação, inclusive desregulamentação das leis trabalhistas e dos direitos dos trabalhadores auferidos na luta sindical e de movimento ao longo de décadas de governos patronais. c) Aumento da recuperação da capacidade financeira e administrativa de implementar decisões políticas tomadas pelo governo através do ajuste fiscal, notadamente para favorecer os setores privados da sociedade. d) Aumento da capacidade política do governo de intermediar interesses por vezes antagônicos (capital x trabalho), para garantir legitimidade e popularidade para governar atendendo as demandas das minorias de magnatas do capital. Vale salientar que a delimitação do tamanho do Estado é claramente expressa pelas idéias de privatização e terceirização, questões essenciais para que o Estado seja mais barato e mais eficiente na realização de suas tarefas constitucionais.

Os fundamentos da matriz de Estado ora aceita pelos principais intelectuais deste país, indicam claramente a mercantilização dos direitos sociais e não a sua defesa. Ainda indicam uma retração do Estado Democrático de Direito conseguido na luta das forças democráticas brasileiras. E mais, indicam uma forte instrumentalização dos direitos pela racionalidade econômica, uma espécie de retrocesso na construção democrática e no exercício da cidadania. Nesse retrocesso o governo estabelece e torna claras suas premissas privatizantes (1) transfere os serviços não-exclusivos para entidades denominadas "organizações sociais"; (2) busca a autonomia e a flexibilidade na prestação desses serviços; (3) procura a participação da sociedade mediante o controle desses serviços através dos conselhos de administração, com centralidade na figura do cidadão-cliente; (4) fortalece a parceria entre Estado e a iniciativa privada através dos contratos de gestão.

O Processo de Terceirização no Serviço Público

Embora a contratação de serviços pela administração pública já fosse praticada há muito mais tempo, a orientação favorável à transferência de execução de tarefas auxiliares para a iniciativa privada passou a constituir norma legal, no âmbito Federal, apenas a partir da vigência do decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro 1967, cujo art. 10, § 7º, estabelece:

Art. 10. A execução das atividades da administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

A matéria foi regulamentada pelo Poder Executivo, nos termos do decreto nº 2.271, de julho de 1997, que "dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências". O Art. 1º do referido Decreto, em seu caput, admite a execução indireta de atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares, ao passo que seu parágrafo primeiro contém enumeração de atividades a serem preferencialmente executadas mediante contratação e seu parágrafo segundo, em oposição, exclui as atividades indiretas para as atividades inerentes as categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade.

A redação do dispositivo é a seguinte.

Art.1º. No âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, poderão ser objeto de execução indireta as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem áreas de competência legal do órgão ou entidade.

§ 1º As atividades de conservação, limpeza, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações serão, de preferência, objeto de execução indireta.

§ 2º Não poderão ser objeto de execução indireta as atividades inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

Apesar da suposta legalização, observamos que existem grande contradições principalmente nas licitações realizadas para as contratações de empresas. Para os Hospitais Universitários, por exemplo, as empresas que são contempladas raramente dispõem em seu quadro funcional de pessoas qualificadas para exercerem as funções que para as quais foram contratados, sendo a função de qualificação assumida muitas vezes pela própria Instituição Pública.

Os setores que buscam sangrar os recursos do Estado, apoderando-se deles diretamente, tiveram na terceirização uma ferramenta de primeira grandeza. Em editais frágeis ou abertamente corruptos, assumiram a prestação de serviços em diversos órgãos, por vezes em batalhas judiciais para poder continuar concorrendo, mesmo com infundáveis processos por lesão do erário público.

Essas empresas abocanham contratos com índices de lucratividade altíssimos. Em recente episódio envolvendo uma empresa prestadora de serviços da UnB, que ficou sem pagar aos trabalhadores por dois meses, verificou-se que os custos da folha de pessoal, FGTS e INSS correspondiam apenas a cerca de 65% do total de recursos recebidos pela empresa, e ainda assim ao trabalhadores foram lesados, abrindo-se processos que terão a UnB como parte envolvida, o que pode aumentar ainda mais as perdas da Instituição.

Tem-se, pois, com a terceirização:

1. Apropriação privada de recursos públicos
2. Precarização das condições de trabalho
3. Diminuição de direitos trabalhistas
4. Fragmentação da organização sindical
5. Insignificância da dimensão intelectual do trabalho
6. Maior incidência de assédio moral e sexual.

Por isso devemos ter consciência da centralidade da luta contra a terceirização e contra a exploração desses trabalhadores, exigindo a abertura de concurso público já, para todos os cargos, e em quantitativo compatível com as necessidades da população.

X - ESTADUAIS EM SITUAÇÃO DE LUTA E ABANDONO

**Os poderosos poderão matar uma, duas até três rosas, mas nunca deterão a primavera”
Che Guevara**

A FASUBRA tem um longo histórico de construção junto as universidades estaduais. Pois está garantido em seu estatuto a busca pela representatividade das universidades públicas, sejam elas federais, estaduais e municipais.

Na verdade, desde de 2000 a participação na federação tem sido apenas das estaduais Paulistas, sem muito crescimento do ponto vista de presença ativa. Excetuando a USP e a UNICAMP que conseguirão neste período manter diretores juntos a federação.

Ocorre que em São Paulo as universidades estaduais atravessam um período de ataques dos governos do PSDB, através das reitorias. Os últimos movimentos grevistas tem sido respondido pelo reitores por truculência. A USP, o reitor Rodas adotou um modelo de ataques aos trabalhadores, demitindo dirigentes sindicais, e processando criminal e civilmente militantes. Não é muito diferente na UNICAMP, onde a reitoria tem processado trabalhadores e estudante que lutam contra a ordem estabelecida.

Além disto, o desmonte da estrutura de trabalho, adequando a universidade ao modelo privatista desde da década de 90, tem se consolidado nas gestões dos reitores atuais. Um exemplo disto tem sido o modelo de autarquia dos HU's.

SAUDE NOS HU 's DAS ESTADUAIS PAULISTAS

Iniciado uma enorme ofensiva contra a Saúde Pública no Estado de São Paulo. Em 1998, pelo governo Serra, os tucanos criaram uma lei que permitia a entrega à iniciativa privada de todos os hospitais que fossem construídos após essa data. O mecanismo consiste em dar a gestão dos hospitais a "ONGs" chamadas de OS (Organizações Sociais), que receberiam o recurso do SUS, mediante o compromisso de cumprir determinadas "metas" estabelecidas em contrato. Como em toda a privatização, prometeram mundos e fundos, mas a realidade foi outra. Na prática, o que houve foi uma enorme precarização das condições de trabalho dos profissionais da saúde e uma conseqüente piora no serviço prestado (até porque a OS só faz o que está no contrato). Além, é claro, da "dupla porta". Perdem os trabalhadores da saúde, perdem os trabalhadores que utilizam o serviço. Ganham uns poucos gestores, à frente de entidades "sem fins lucrativos". Como é de se supor, a farra das OS é terreno fértil para a corrupção, visto que elas são escolhidas sem qualquer licitação.

Com isso, os trabalhadores perdem mais uma vez. Em Campinas temos um exemplo claro disso, o Hospital Ouro Verde (municipal), entregue à SPMD.

Não contentes, Serra e os tucanos foram além e mudaram a legislação para possibilitar a entrega às OS de todos os equipamentos de saúde e culturais do estado, mesmo os que foram construídos antes de 1998. E ainda por cima autoriza que a “dupla porta” chegue a 25% dos leitos! Ou seja, Serra vai por em marcha a privatização completa da rede de saúde no Estado mais rico do país!

Autarquização é privatização

É neste cenário que se situa a proposta de autarquização do HC/Unicamp. Pois o que acontecerá se o HC/Unicamp passar para o controle da Secretaria Estadual de Saúde? Simples, ele vai ser entregue a uma OS. O Serra já até mudou a lei para permitir isso. Todo aquele discurso “técnico” sobre os diferentes modelos de gestão é apenas uma cortina de fumaça para encobrir este fato. O que está em jogo é a privatização do HC/Unicamp! Além da tragédia que isso significaria para os trabalhadores do HC/Unicamp e para os usuários de toda a região, a autarquização é uma forma de dividir nossa categoria, enfraquecendo todos os trabalhadores da Unicamp. O próprio caráter de Hospital-escola pode ser ameaçado, caso o HC seja entregue às OS.

Com o governo Alckimin este ataque está se consolidando, na UNICAMP a criação da FASE - Fundação da Área da Saúde, entrega o Hospital Universitário nas mãos do tubarões da saúde.

A carreira também tem colaborado para a alta rotatividade dos trabalhadores nestas universidades e o estágio probatório proposto pelas reitorias encabresta os trabalhadores para se adequar ao modelo de meros colaboradores da instituição.

A FASUBRA não consegue dar respostas imediatas as questões das estaduais, devido a não entender o que ocorre de fato dentro destas universidades.

Um breve análise da greve na UNICAMP

Recém empossados em agosto de 2011, a direção do STU conclama a greve junto aos trabalhadores e surpreende a todos, inclusive a reitoria que, não apostava em um movimento grevista no segundo semestre apenas na UNICAMP, e fica sem reação no primeiro momento.

A adesão faz com que a greve cresça de forma natural, chegando a realizar atos com cerca de mil pessoas e assembleias que uniram mais de trezentos trabalhadores. Destaque para as duas passeatas na principal avenida de Campinas á Glicério. A

diretoria dá respostas precisas nas ações de greve. Atos, passeatas, debates, boletins com conteúdo político e debate técnico foram a tônica do movimento. A utilização de métodos mais duros, combinado ao debate político, fez um grande estrago nas trincheiras da reitoria. Ações como a paralisação da caldeira do restaurante, instalação da subsede na área de saúde, o fechamento da DAC e da BC foram movimentos que demonstraram força. O debate político veio da capacidade da diretoria mostrar que havia espaço de folga para atender a maior parte de nossas reivindicações e na discussão sobre a autarquização do HC, quebrando, desta forma, a lógica do pensamento único na UNICAMP, ou seja, o que a reitoria diz é verdade absoluta! Neste rumo convencemos a comunidade universitária que era justa a pauta apresentada. Dialogamos com estudantes (que vieram para a greve), docentes e diretores de unidades.

A reitoria respondeu um ataque frontal a cada ação do sindicato. Respondendo com paliativos e ameaças de descontos aos trabalhadores. Assim foi na parada da caldeira, que a reitoria depositou dez reais no cartão de auxílio alimentação por dia parado. Fato inédito na universidade!

A reitoria também apostou na ameaça histórica do F4 (falta injustificada); mesmo o sindicato fazendo a política correta de propor o pagamento àqueles que tivessem descontos, a desinformação foi a ultima arma de desconstrução da greve, feita pelo reitor Fernando Costa. Além de mudar os números de arrecadação, não reconheceu os documentos assinados pelo CRUESP em acordos anteriores feitos com o FORUM DAS SEIS e divulgou através de seus materiais dados falsos referente a campanha salarial de emergência. O reitor se mostrou ágil em sua truculência habitual impetrando o poder interno na UNICAMP e fazendo a disputa jurídica, como no caso da subsede da área de saúde e suspendendo férias e zerando holerites dos grevistas.

A direção do STU pagou o desconto de mais trezentos trabalhadores e solicitou apoio de diversas entidades, inclusive da federação que responde de forma muito lenta com uma campanha de apoio a entidade.

Enquanto aguardamos a resposta da justiça do mandado de segurança impetrado pelo STU para pagamento dos dias de desconto dos grevistas, que foi suspenso o seu cumprimento para julgamento do mérito, solicitamos a FASUBRA na forma de empréstimo uma quantia para não zerar o cofre do STU, enquanto a campanha não saia do papel. Empréstimo que o STU irá honrar.

PAPEL DA FASUBRA JUNTO AS ESTADUAIS

Ter diretor de estaduais sem conhecer as realidades das mesmas, é o mesmo que ter o remédio e não saber aplicá-lo. As plenárias da federação afastam as estaduais de sua participação, pois o debate predominante é sempre a questão da federais e muitas não atinge a realidade das estaduais.

As universidades estaduais necessitam de uma reorganização no interior de Federação. Pois como combater realidades distintas, porém muito parecidas? Se pegarmos a realidade das estaduais por todo país observaremos que os modelos se aproximam e o prejudicados, são os trabalhadores técnico-administrativos. Os diretores da FASUBRA não sabem o que de fato ocorre nas lutas das estaduais por todo o país.

Neste sentido, a FASUBRA tem de tomar a frente neste processo, propondo um encontro das estaduais, sejam por região ou nacionalmente para fazer um radiografia do que acontece nestas universidades.

Também deve definir uma caravana por todo o país, para entender tais realidades, para construir uma política realmente de enfrentamento aos governos dos estados que desmontam as universidades estaduais públicas.

Propomos:

Encontro da universidades estaduais a partir das filiadas, abertas a todas as demais;

Incentivar a realização de plenárias das estaduais;

Fazer uma radiografia sobre a situação das universidades estaduais;

Construir um meio de comunicação entre as estaduais;

Coordenação das estaduais faça uma caravana as estaduais divulgando a federação;

Que A FASUBRA encaminhe de fato a campanha de doação financeira ao STU.

"...Construir um movimento social de massas! ..."

XI – COMUNICAÇÃO SINDICAL

Sem teoria revolucionária não existe movimento revolucionário
Lenin

Além de informar, a Comunicação Sindical tem o papel também de formar e mobilizar. Foi com essa compreensão que a FASUBRA unificou, criando a coordenação de comunicação e formação sindical, seguido por diversas entidades de base.

Comunicação é investimento

Investir em Comunicação de forma planejada e estratégica só traz benefícios: informa os públicos, dá transparência à entidade, reforça a imagem positiva da entidade, ajuda na formação e na mobilização. Portanto, Comunicação não é gasto, é investimento.

E para essa área (assim como a área jurídica, por exemplo) é preciso profissionalizar os processos de trabalho.

A FASUBRA e os sindicatos devem lançar mão de agências e profissionais especializados. Devemos banir a ideia de que a Comunicação pode ser feita de forma amadora. Devemos criar relações bem definidas, onde poderemos cobrar resultados dos investimentos feitos.

Isso é fundamental para que haja a mensuração de resultados e de metas alcançadas. Além é claro da avaliação de novas estratégias de Comunicação quando for o caso.

A FASUBRA tem que ocupar o seu lugar

No último período a FASUBRA fez investimentos na comunicação, mantendo assessoria de comunicação e com a manutenção de páginas nas redes sociais. Precisamos buscar melhorar o que está instituído pois a falta de uma política eficiente de comunicação faz com que parte da categoria e da sociedade busque informações acerca de nossas lutas em outros sites, blogs e afins.

Com isso, a FASUBRA perde espaço. E isso é danoso à entidade. Não apenas pelo espaço que a FASUBRA e os sindicatos perdem, mas também pela linha política e credibilidade dessas informações.

Atualmente, qualquer pessoa, com mínimo de conhecimento, faz um blog, cria perfil em rede social e isso só aumenta a necessidade do profissionalismo no trabalho com a comunicação. Para se fazer um blog, não é preciso ser profissional. Mas profissionais especializados tendem a realizar uma comunicação voltada ao cumprimento das metas estabelecidas com mais destreza e compromisso.

Redes sociais

Internet, Orkut, Facebook, youtube, mídias sociais...Essas novas ferramentas têm um grande diferencial: elas permitem que os públicos compartilhem, comentem e opinem sobre os temas divulgados/noticiados.

Por isso elas são mais atraentes, carregam consigo a interatividade. Portanto, com campanhas bem feitas, interativas, podemos utilizar as redes sociais para informar, mas, principalmente, para mobilizar trabalhadores e trabalhadoras, e também a sociedade em geral.

As redes sociais podem ser usadas para aproximar a base de sua representação (sindicatos de base e FASUBRA) e dialogar com a comunidade usuária dos serviços de educação e saúde, criando uma relação mais harmoniosa e solidária à luta dos técnico-administrativos em educação.

Atualmente, pecamos muito na esfera da comunicação: nossos jornais têm em geral notícias defasadas e são pouco lidos pela categoria, devido ao grande número de textos e a falta de um projeto gráfico que incentive a sua leitura.

Poucos sindicatos têm site e mesmo o site de nossa Federação pode ser melhorado. Além disso, há um uso quase nulo das novas mídias sociais, como twitter e facebook. Existem algumas poucas boas iniciativas individuais, mas que não abrangem o conjunto da entidade.

Assessoria de Imprensa

Para nós, trabalhadores do serviço público, uma comunicação que possibilite o convencimento dos usuários acerca da justiça de nossas pautas é fundamental.

Sabemos das limitações financeiras das entidades sindicais. Mesmo assim é importante o investimento na contratação de assessoria de imprensa e não sendo possível, utilizar, a mídia espontânea. Ela se caracteriza pela conquista de espaços nos jornais (Impresso, rádios, TVs e sites) por meio da articulação de pautas com os jornalistas das redações.

Pautas que sejam do interesse da sociedade em geral, como foi o caso da EBSERH devem ser trabalhadas para que se tornem notícias. Além de não representarem terem custos financeiros, a informação veiculada como notícia tem mais aceitação e credibilidade junto à sociedade.

Democratização

A luta pela democratização da comunicação deve ser uma prerrogativa da federação e da sua base. Não podemos reproduzir o que grande mídia faz, onde o domínio da informação está centralizado em alguns impérios. Democratizar a mídia é ampliar a voz do movimento sindical e popular.

Por isso, propomos:

1) Realização de um encontro anual sobre comunicação sindical entre FASUBRA e sindicatos de base. Nesse encontro deve ser garantida a presença dos respectivos

assessores de Comunicação dos sindicatos e diretores. Assim eles poderão fazer um planejamento estratégico para área da comunicação mais amplo e integrado.

2) Destinação de maior verba para esta área na FASUBRA. Cabe sempre reforçar: Comunicação é investimento. E bem planejado alcança metas e traz benefícios, como o fortalecimento da imagem e maior credibilidade da identidade sindical junto à opinião pública e perante a própria categoria.

3) Participação na luta pela democratização e contra o monopólio da comunicação no Brasil. Essa tem de ser uma prerrogativa da federação e dos sindicatos, cujos filiados são trabalhadores das universidades federais, espaços em que essa luta pode conquistar muitos aliados.

4) Organização de campanhas públicas, como pela valorização do serviço público e em defesa da saúde e da educação públicas.

5) É preciso se aproximar mais da imprensa. Para isso, ações dos sindicatos e da federação são necessárias. Levantamento de dados estatísticos, mobilizações contra a aprovação de projetos de lei, etc.

É preciso pensar mais no que pode ser pauta, sobretudo fora de períodos grevistas.

XII - Aposentados e Pensionistas: Sempre no prejuízo....

“Caminharemos então pelo mesmo caminho da História. Mas não a repetiremos. Somos os de antes, mas somos novos.”

Zapatistas

Se a vida do brasileiro está difícil, a dos aposentados está bem pior. São eternamente alvo dos ataques de todos os governos e responsabilizados pelo déficit da Previdência. Em 2003, Lula fez o maior ataque aos trabalhadores logo no seu início de governo, que foi a Reforma da Previdência. Hoje se luta contra a implementação do PL 1992 de 2007 que regulamenta os Fundos de Pensões e ainda está no cenário uma nova proposta de reforma que eleva idade, tempo de contribuição e novo teto salarial para as aposentadorias, já anunciado pelo governo Dilma.

O que é uma grande fonte de riqueza para os empresários do setor vem rotulado como déficit das aposentadorias.

Com a lei 11.091/05, foi criado o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Esta Lei representa uma conquista para o conjunto da categoria, e mais uma etapa rumo à construção da Carreira plena.

A Carreira possui como elemento principal, no entendimento do conjunto da categoria a afirmação de uma Identidade: *Todos Somos Trabalhadores (as) Técnico-Administrativos em Educação*, independente do cargo ou formação escolar. Incorpora esta conquista a exigência da inclusão nos PDIS- PDICS, transformando este Plano num instrumento de planejamento e de gestão das IFE.

Com a compreensão dos limites da Lei, entendemos que os aposentados e pensionistas, sofreram sérios prejuízos com a lei. O enquadramento ocorreu aos moldes dos servidores ativos, sendo tratados de forma igual, uma vez que a realidade deles são distintas face que a lei subentende desenvolvimento na carreira. Os aposentados e pensionistas, obviamente que não estão enquadrados nesta situação.

Tiveram com isso prejuízo e em alguns casos resolvidos em função de iniciativas nas bases para correção via Conselhos universitários. Na CNSC, as tentativas de resolução se perderam da mesma forma que as escassas reuniões que ocorreram ao longo dos cinco anos do PCCTAE. Os artigos 184 e 192 até hoje não foi corrigido. E a luta pelo reposicionamento é uma luta constante e que a cada tempo as IFes que tiveram a coragem de aprovar, estão sendo alvo de ação pelo planejamento. Aliás, a FASUBRA teve tratamento desigual, pois, **na lei da Cultura os aposentados tiveram seus direitos mantidos na mesma situação anterior a carreira**. No caso da FASUBRA, o governo não reconhece este direito, que eles mesmos sancionaram na Cultura. Dois pesos, duas medidas. Enquanto isso os aposentados e pensionistas continuam sendo prejudicados nesta história. Defendemos que a FASUBRA tem que ser mais incisiva neste embate e não podem deixar as Universidades que tiveram coragem de aprovar nas instâncias superiores uma correção de injustiça e dar todo o apoio político e jurídico as IFE. Defendemos paridade, integralidade a todos os aposentados e pensionistas, e que não haja nenhum direito negado á estes trabalhadores e trabalhadoras que fizeram a histórias das Universidades.

O Projeto Universidade Cidadã para os trabalhadores retira os aposentados dos Recursos da Educação

Em 1999 a FASUBRA aprovou em uma Plenária em Belo Horizonte o detalhamento do seu projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores, que foi atualizado em uma Plenária Estatutária da Federação, realizada nos dias 22 e 23 de abril de 2005, em Brasília.

O Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores em seu artigo 50, diz o seguinte: *as despesas com aposentados e pensionistas das universidades públicas autônomas, serão cobertas pela união nos casos das instituições públicas do sistema federal e pelos estados e municípios, respectivamente, no caso das instituições estaduais e municipais.*

§ 1º. As despesas com aposentados e pensionistas do sistema federal serão cobertas pelo tesouro nacional por meio do ministério responsável da área da educação, através de rubrica específica incluído no orçamento global;

§2º. Os recursos a que se refere o parágrafo anterior não integram os definidos no art. 212 da constituição federal;

§3º. Os aposentados e pensionistas das universidades públicas autônomas terão garantido o direito à paridade com os ativos e a sua manutenção nas folhas de pagamento das instituições.

Entendemos que o Projeto Universidade Cidadã para os trabalhadores pode ter sido elaborado a partir do PNE, Proposta da Sociedade Brasileira. Este PNE foi elaborado a partir da defesa de princípios éticos voltados para a busca de igualdade e de justiça social. Suas propostas foram forjadas à luz de concepções de ser humano, de mundo, de sociedade, de democracia, de educação, de autonomia, de gestão participativa, de avaliação e de currículo, antagônicas àquelas que os setores sociais hegemônicos utilizam para manter a política perversa e excludente que se subordina aos interesses do grande capital especulativo e que se expressa no PNE/MEC.

A proposta do PNE- Proposta da Sociedade Brasileira aprovada na época, retira os aposentados e pensionistas das verbas de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, para serem pagos com recursos do Tesouro Nacional. Esse projeto foi elaborado com o intuito de aumentar os recursos para educação, **mas será usado para retirada de direitos dos aposentados**. E o pior, alegando ser uma reivindicação do movimento da Educação.

Temos feito este debate na FASUBRA desde o IXX CONFASUBRA e até hoje não se tocou nesta resolução que também foi aprovada na Conferência Nacional de Educação, virando agora política oficial de governo.

Propomos Lutar:

- Realização do reposicionamento dos Aposentados em todas as IES;
- Exclusão do Artigo 50 do Projeto Universidade Cidadã para os Trabalhadores;
- Defesa da paridade entre ativos e aposentados;
- CONTRA o PL 1992 de 2007, que cria os fundos de pensão;